

ANA SOLANGE BIESEK

**MODELO DE ORGANISMO PARA GESTÃO PÚBLICA DE TURISMO MUNICIPAL:
ESTUDO APLICADO NA REALIDADE DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - PR**

**Trabalho de Especialização apresentado
ao Curso de Planejamento e Gestão do
Turismo, do Setor de Ciências Humanas,
Letras e Artes da Universidade Federal do
Paraná, Professora Orientadora: Deise
Maria Fernandes Bezerra**

**Curitiba
2001**

AGRADECIMENTOS

Aos Pais

“Obrigado, por tudo que fizeram por mim, sobretudo, pela lição de amor que me ensinaram durante toda a minha vida”.

Aos Mestres

“Aqueles que dedicaram seu tempo e compartilharam experiência, para que nossa formação fosse também um aprendizado de vida”.

À Professora Deise Maria Fernandez Bezerra

“Professora e orientadora que, com suas experiências, me fez ver que poderia encontrar o caminho certo, que soube ser mestre e, acima de tudo, grande amiga, minha homenagem, meu carinho e minha eterna gratidão”.

Ao Professor Miguel Bahl

“Aquele que compartilhou experiência, que dedicou seu tempo, tornando possível a realização deste curso de Especialização, acreditando no sucesso de seus alunos, meus agradecimentos”.

À Amiga Maria de Paula Machado

“Secretária da Coordenação do Curso de Especialização, que sempre esteve conosco nesta caminhada, nos incentivando com sua meiguice, carinho e apoio, minha gratidão”.

Ao Amigo Evandro Torres Cantiero e Lucy Werner Freitas

“Que nossos valores sejam os certos e que nossas vidas sejam unidas por laços que nem tempo, nem distância, nem crescimento interior possam desmanchar”.

Aos Amigos e Colegas

“Espero que a vida nos leve, sempre, por caminhos em que possamos compartilhar amizade, companheirismo, idealismo! E que esta amizade seja eterna”.

APRESENTAÇÃO

Desde o marco da revolução industrial com o manifesto de Paul Lafargue (1880), O direito a preguiça, o lazer e por conseqüência o turismo, passou a ter uma representação fundamental na vida daqueles que adquiriram direito ao tempo livre, e, principalmente o acesso aos espaços de fruição, antes domínio de uma classe privilegiada. Esse fato histórico principiou um movimento em massa motivado às viagens de descanso com grande expressão social e econômica. No início do século XX o turismo já é um fenômeno de dimensões territoriais entre as regiões, especialmente difundido na Europa, e a atividade se mostra altamente profissionalizada, ou muito próxima do que se verifica até a atualidade. Outra característica também evidente nessa evolução é a certeza da ocorrência do turismo essencialmente consumidor do espaço, modificador do meio, em paralelo a crescente necessidade de planejar.

Assim, o fenômeno segue evoluindo durante todo o século XX, ganhando diferentes modalidades sob várias formas de motivação e público segmentado. Passa a ocupar lugar de importância na balança comercial de países receptores do turismo, tanto para os desenvolvidos quanto para os em processo de desenvolvimento, e seus efeitos, então, começam a ser contabilizados. Há uma preocupação em medir os efeitos e os impactos econômicos, deixando para década de 60 essa referência, dos primeiros trabalhos atentos a normatização de conceitos e definições. Esse espírito foi sendo aprimorado, discutido até atingir o modelo mais atual de compilação que é a Conta Satélite de Turismo, da OMT – Organização Mundial do Turismo.

O Turismo ganha visibilidade em vários destinos, passando a ser compreendido como setor estratégico no desenvolvimento social e econômico, exigindo uma ação integrada entre União, Estados e Municípios. A partir disso, uma forte reação em cadeia se desenvolve. No Brasil os investimentos no setor crescem e começam a ter mais presença. São as redes hoteleiras com bandeira internacional, os parques temáticos, *resorts*, os vôos *charters*, maior oferta de cursos graduação e especialização, institutos de pesquisa, melhoria em infra-estrutura, entre tantas outras iniciativas, amplamente orientadas.

O setor se adapta as exigências de qualidade aderindo aos indicativos em serviços com os selos ISO 9.000 serviços e ISO 14.000 ambiental, também à responsabilidade social. Essa forte mudança, sem dúvida foi colaborada pela dinâmica da tecnologia da informação, através da revolução tecnológica, coloca todos em *sites* on-line através de portais de viagem, informação em tempo real. Com a chamada revolução tecnológica, avançamos mais em uma década do que em cem anos. O paradigma do transporte aéreo que derrotou temporariamente as viagens de cruzeiro, se vê, frente-a-frente com as viagens virtuais, de curto deslocamento e permanência. Os cruzeiros internacionais, depois de anos de proibição, chegam à costa brasileira criando novas oportunidades de acesso e diversidade de roteiros em nosso País.

Nesse turbilhão de novidades, acirra-se uma competição cada vez mais globalizada, de maior acesso a informação, não há tempo para erros e o viajante se torna muito mais exigente e sofisticado. O planejamento deixa de ser um instrumento tecnocrata para ser um instrumento fundamental, auxiliador e imprescindível no ordenamento de destinos turísticos, empresas, equipamentos complementares e de apoio, sinal desta era. O planejamento turístico se volta essencialmente integrado entre poder público e iniciativa privada, ocorrendo cada vez mais de forma participativa e orientado para o desenvolvimento sustentável.

Após ponderado todo esse contexto de ocorrências, tudo caminha para o debate do tema gestão, em especial sua discussão no setor público, de extrema prioridade e utilidade exigido como item fundamental para o êxito no desenvolvimento do Turismo. É nesse campo do conhecimento que este trabalho pretende tratar, escolhendo a principal ferramenta da gestão, que é o organismo de condução desse processo para enfocar nesta monografia, com sua estruturação, e formação orgânico – funcional, num estudo aplicado à realidade do município de São Miguel do Iguaçu – PR.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Modelo ideal de Planejamento Turístico Municipal	21
Figura 02 – Ciclo de vida de área turística – TALC, hipotético.....	28
Figura 03 – Contexto territorial do Estado do Paraná no Brasil e MERCOSUL ...	35
Figura 04 – Principais rodovias do Estado do Paraná.....	36
Figura 05 – Principais aeroportos do Estado do Paraná.....	36
Figura 06 – Distribuição do clima do Estado do Paraná.....	40
Figura 07 – Bacia hidrográfica do Estado do Paraná.....	41
Figura 08 – Relevo do Estado do Paraná	41
Figura 09 - Terminal Turístico Ipiranga	43
Figura 10 – Festas Populares – Tradição Gaúcha.....	47
Figura 11 – Mapa da Costa Oeste e o município de São Miguel do Iguaçu.....	54
Figura 12 – Organograma funcional OOT – São Miguel do Iguaçu.....	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – PNMT, participação por Estado.....	15
Gráfico 02 – PNMT, participação percentual.....	15
Gráfico 03 – PNMT PIB: comparativo Municipal e Estado do Paraná.....	39
Gráfico 04 – Tipos de eventos	45
Gráfico 05 – Tipos de eventos/períodos.....	45
Gráfico 06 – Frequência de eventos	45
Gráfico 07 – Distribuição dos Municípios Turísticos da Costa Oeste.....	55
Gráfico 08 – Vínculo com outros Órgãos	61
Gráfico 09 – Distribuição de opinião sobre os trabalhos desenvolvidos.....	62
Gráfico 10 – Funções do Conselho Municipal de Turismo	63
Gráfico 11 – Ações conjuntas OOT e COMTUR	64
Gráfico 12 – Procura por auxílio nas entidades de turismo.....	66
Gráfico 13 – Condições técnicas para ações e funções.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Demonstrativo do PNMT: 1998 – 2000	14
Tabela 02 – Distribuição do PIB – Comparativo Município e o Estado	38
Tabela 03 – Calendário de Eventos Municipal – 2000	46

LISTA DE SIGLAS

AMOP – Associação dos Municípios do Oeste do Paraná.....	52
BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.....	32
CONTUR – Conselho Municipal de Turismo.....	64
FINAM – Fundo de Investimento na Amazônia.....	31
FINOR – Fundo de Investimento no Nordeste.....	31
FUNDETUR – Fundo Municipal de Turismo.....	31
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo.....	01
FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo.....	23
IBAMA – Instituto Brasileiro de meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis.....	18
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.....	37
IPTU – Imposto predial territorial urbano.....	31
ISO.....	IV
ISS – Imposto Sobre Serviço.....	31
MT – Município Turístico.....	03
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.....	35
OMT – Organização Mundial do turismo.....	III
OOT – Órgão Oficial de Turismo.....	18
PEA – População economicamente ativa.....	37
PIB – Produto Interno Bruto.....	37
PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo.....	01
PRODETUR SUL – Programa de Ação para o desenvolvimento Integrado do turismo Sul.....	53
RINTUR – Roteiro de Informações Turísticas.....	55
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas.....	31
SISTUR – Sistema Turístico.....	42
TALC – Tourist Área Life Cycle.....	28
UNESCO – União das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.....	56
UNIGUAÇU – União de Ensino de São Miguel do Iguaçu.....	36

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

LISTA DE FIGURAS	v
LISTA DE GRÁFICOS	vi
LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE SIGLAS.....	viii
INTRODUÇÃO	01

CAPÍTULO I

GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DO TURISMO	05
1.1 Gestão pública de turismo	06
1.2 O desenvolvimento sustentável.....	08
1.3 O planejamento e organização municipal.....	20
1.3.1 Planejamento e organização turística municipal	23
1.4 Núcleo e o ciclo de desenvolvimento do turismo.....	27
1.4.1 Investimento e fomento da gestão do turismo.....	31

CAPÍTULO II

SÃO MIGUEL DO IGUAÇU: A REALIDADE ESTUDADA.....	34
2.1 Abordagem econômica e social.....	34
2.2 Abordagem histórica e geográfica	39
2.3 Abordagem turística: oferta e demanda.....	41
2.3.1 Subsistema da oferta turística.....	42
2.3.2 Subsistema da demanda de turismo.....	49
2.3.3 Subsistema da superestrutura	52
2.3.4 Subsistema da infra-estrutura	53
2.4 Projeto Costa Oeste: São Miguel do Iguaçu no contexto do planejamento regional	53

CAPÍTULO III

GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE TURISMO: ANÁLISE DA PESQUISA

REALIZADA	59
3.1 Perfil dos Organismos Oficiais de Turismo, pesquisados	60
3.2 Funcionamento dos Órgãos Oficiais de Turismo	60
3.3 Atuação dos Conselhos Municipais de Turismo	63
3.4 Comunidade e a utilização dos Órgãos Oficiais de Turismo	65

CAPÍTULO IV

PROPOSIÇÕES	67
4.1 Estrutura da Gestão Pública Municipal de Turismo	67
4.1.1 Detalhamento do organograma funcional	69
4.1.1.1 Divisão técnica e de fomento turístico	69
4.1.1.2 Divisão de operação no setor turístico	72
4.2 Instrumentos Municipais de Apoio a Gestão Pública do Turismo	74
4.2.1 Estruturação do COMTUR – Conselho Municipal de Turismo	74
4.2.2 Estruturação do FUNDETUR – Fundo Municipal de Turismo	75
4.2.3 Outras entidades	75
CONCLUSÃO	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
APÊNDICE	79
ANEXOS	81

INTRODUÇÃO

A gestão de turismo municipal e a compreensão de suas determinantes vem se mantendo como um dos enfoques mais representativos de estudo do fenômeno nas últimas décadas. São atribuídos a vários fatores, desde o aumento da oferta de destino para uma demanda reprimida, até mesmo o surgimento de destinos que não são propriamente uma localidade, a exemplo dos *resorts* e os lugares de entretenimento. Contudo todos mantêm como regra a certeza da importância social e econômica que possa representar o desenvolvimento sustentado da atividade, com seus efeitos multiplicadores.

Todo esse interesse em torno do tema, não vêm ao acaso. São iniciativas atestadas por informações sobre os impactos econômicos, o comportamento do setor de Viagens e Turismo, trazendo comparativos, expectativas de crescimento, entre outras análises, despertando a atenção sobre o setor de maneira profissionalizada. Assim, órgãos como o Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, responsável pela gestão do turismo nacional, incentiva através de ações e programas como o PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo, a importância do fenômeno das viagens, dos negócios e eventos, destacando como ponto fundamental o papel dos gestores no planejamento e organização dos destinos, das localidades.

Isso corresponde a ter em mãos ferramentas adequadas para atuar, mas confirma a necessidade do monitoramento permanente, que está embutido na questão principal da gestão. A exemplo disso, as estatísticas sobre o comportamento no setor são compiladas desde a década de 1960. Na atualidade todos os dados representam uma oferta de destinos que surgiram nas últimas décadas, que enxergaram na atividade uma alternativa econômica para suas regiões, mas estão atentos a aplicação de métodos que promovam o desenvolvimento sustentável.

Portanto, é nesse ponto que permanece a diferença entre aqueles que têm resultados positivos, bem sucedidos. São aqueles destinos, a exemplo dos que optaram pelo ecoturismo, que respeitam os limites de seu aproveitamento e usam o planejamento como um aliado na gestão do turismo. Todo esse movimento encontra senão nas localidades as ocorrências do turismo, pois, os resultados das regiões e

países, nada mais é do que a soma de seus efeitos nos municípios, onde se organiza toda oferta turística, geradora de um fluxo turístico.

Dessa maneira planejar o “lugar” para o desenvolvimento do turismo, através de documentos formais e métodos, volta a ter uma importância fundamental, mas, com novidades. Deve vir atento ao compromisso da implementação das etapas posteriores, que correspondem a gestão do que foi idealizado, a administração de resultados, das mudanças. O turismo deve aparecer posicionado na dianteira do processo, servido de estrutura para decisões estratégicas, de ações próprias de gerência e administração, com um amplo plano de trabalho a ser seguido. Mas nem sempre ocorreu assim. O imprevisto ficou guardado no passado. Autores como Ruschmann, comentam que houve uma época em que os gestores da atividade turística não tinham nenhuma consciência dos problemas ambientais, hoje não se admite mais falar em turismo fora da balança turismo/meio ambiente. Como hoje, não se admite falar em desenvolvimento turístico de uma localidade fora da questão gestão do turismo/desenvolvimento sustentado.

Nesse contexto, o tema gestão de turismo municipal é ponto central deste trabalho, partindo do entendimento que o órgão gestor, sua estrutura e visão são aqueles fatores que irão determinar o êxito do processo de desenvolvimento turístico, tanto para aquelas realidades onde a atividade encontra-se num estágio incipiente, quanto para aquelas que já atingiram diferentes estágios no ciclo de seu desenvolvimento e necessitam de monitoramento do processo.

Assim, o município de São Miguel do Iguaçu, no Paraná, reúne elementos em sua apresentação que chamam interesse em ser objeto de estudo. Foram detectadas situações que acabam por se apresentar como problema que afetam o desenvolvimento turístico e necessitam soluções. O aspecto inicial está relacionado ao contexto geográfico em que está inserido. Trata de uma localidade que convive com duas abordagens. Uma dentro de um contexto local e outra regional. Ambas possuem interesses específicos no que se refere ao desenvolvimento turístico. A abordagem municipal na identificação de atividades que atendam as necessidades da população local, como espaços para o lazer, recreação e apoio as manifestações populares, históricas e culturais, no momento sem uma orientação adequada.

No âmbito regional a identificação de seus diferenciais, dentro de um amplo processo de desenvolvimento onde estão inseridos mais de 16 municípios, sem uma estrutura competitiva que possibilite a consolidação de seus recursos. As hipóteses que se lança pela não consolidação do turismo em São Miguel do Iguaçu, acabam sempre por coincidir com a inexistência de um organismo estruturado, com suas ações amplamente planejadas e integradas. Outra hipótese está relacionada a não adoção de uma metodologia própria ao desenvolvimento turístico, mesmo participando de programas de capacitação para tal.

Essa hipótese também é mostrada como aspecto que ajudou na escolha de São Miguel do Iguaçu. A localidade esta qualificada como MT - Município Turístico, dando o primeiro passo de interesse do poder público em participar do programa, ter acesso a incentivos propostos pelo EMBRATUR, ou seja, enxergar potencialidades de organizar o fenômeno e reverter esses benefícios à localidade. Para tanto, em ambas as abordagens, necessitam de uma estrutura funcional adequada, capaz de servir de instrumento de participação nesse setor estratégico – o Turismo, monitorando esse trabalho de forma permanente.

Dentro desta investigação uma série de outros resultados podem ser indicados, mas, a contribuição geral que se espera é desenvolver um modelo de organismo para a gestão pública municipal, para a localidade de São Miguel do Iguaçu, município integrante da Costa Oeste, região que está despontando para o Turismo e, que ainda não apresenta essa questão desenvolvida. Esse estudo trará oportunidade de atingir objetivos secundários, como a identificação da organização dos órgãos oficiais de turismo no Paraná, analisar a potencialidade existente na localidade, além de identificar os órgãos de apoio ao processo, tais como conselho e fundos de financiamento da atividade e, propor seu fortalecimento ou, em caso de inexistência, sugerir sua implantação.

O trabalho também traz para auxiliar na validação das hipóteses levantadas, os resultados da pesquisa aplicada sobre Órgãos Oficiais de Turismo em funcionamento no Paraná. Pretendeu-se dentro desse enfoque propor uma estrutura moderna e eficaz para gestão do fenômeno. Em suma, o que se verifica como produto final desta monografia, é despertar o valor e importância na presença do órgão gestor, adequado à realidade, numa gestão de turismo municipal, amplamente orientada e distinta. Para tanto, este trabalho foi dividido em quatro capítulos.

O primeiro está relacionado a apresentação de conceitos sobre gestão e administração do turismo e a necessidade do planejamento das ações integradas com o desenvolvimento sustentado. Outro ponto de discussão nesse capítulo trata especificamente sobre municípios turísticos, ou núcleo receptor e a ação do poder público, sua esfera de atuação e papel através dos órgãos oficiais de turismo.

O segundo capítulo traz uma apresentação do município de São Miguel do Iguaçu com abordagens social, econômica, histórica, geográfica e turística, identificando seu perfil servindo de análise posterior sobre a estrutura mais adequada a ser implantada.

O terceiro capítulo traz os resultados da pesquisa realizada com as análises e discussões trabalhadas com o perfil dos organismos oficiais de turismo, o funcionamento dos mesmos, a atuação dos conselhos de turismo e a comunidade na utilização da estrutura disponível.

O quarto capítulo está organizado com a proposição do modelo de organismo para gestão pública municipal de turismo na localidade e seus órgãos de apoio.

CAPÍTULO I

GESTÃO PÚBLICA DE TURISMO MUNICIPAL

O que possa representar em extensão teórica ou prática, a aplicação de uma proposta que traga como ênfase a Gestão Pública de Turismo Municipal, é senão uma interpretação do contexto, da realidade onde ocorre um processo de desenvolvimento turístico, em permanente estado de produção, distribuição e consumo, de forma sistêmica. A gestão, propriamente dita, ao melhor entendimento no campo do fenômeno turístico, vai buscar na raiz da palavra sua exatidão. Silveira Bueno (1996) interpreta a gestão como a *gerência, administração*, aproximado para áreas específicas que podem ser de diferentes âmbitos, mas sempre esclarecedores quanto a visão estratégica de quem compete a tarefa de “gerir”, e os instrumentos que são lançados para tanto.

Assim, a amplitude que se abre debaixo desse leque, exige para o *turismo* como para outros setores, o entendimento macroorientado sobre as responsabilidades, os papéis, limites, tanto pelo poder público, quanto pela iniciativa privada, utilizando para esse fim, o planejamento enquanto instrumento de gestão, a estrutura jurídico-administrativa disponível, as ações a serem empenhadas na condução do setor.

Ao mesmo tempo que a gestão do turismo é um dos temas mais discutidos, isso não representa que seja o mais estudado. Um dos estudiosos mais autorizados sobre esse tema, Acerenza, nos esclarece que ao se referir ao tema da administração do turismo, especificamente a tudo aquilo que se relaciona com os aspectos orgânico/funcional do setor e com o aspecto normativo através do qual se regula o funcionamento.

Nesse contexto, será explorado pontualmente cada questão: a figura do município, a administração pública do turismo até o financiamento da gestão do turismo. Serão traçados alguns paralelos sobre programas e modelos existentes, estejam estes em funcionamento ou simplesmente façam parte de uma apresentação teórica, sendo subsídios importantes no julgamento da realidade estudada. Ou seja, será apresentado uma abordagem à gestão pública do turismo, como se apresenta a questão do desenvolvimento sustentável no turismo, o

planejamento e a organização municipal e, para encerrar a discussão um enfoque ao ciclo de desenvolvimento do turismo.

1.1. Gestão Pública de Turismo

O primeiro passo é compreender que gestão pública de turismo e administração pública são expressões sinônimas. Para Acerenza, entre tantas definições, o conceito de Jiménez cobre as intenções que se pretende através deste trabalho, ao mencionar a atribuição a um organismo, sua estrutura e função, ou seja:

a administração pública é a atividade que realiza o estado para satisfazer seus fins, através do conjunto de organismos que compõem o braço executivo do governo, e dos procedimentos que eles aplicam, assim como, as funções administrativas que levam a cabo os outros órgãos e organismos do estado. (Jiménez, apud Acerenza, p. 239)

Mais preciso fica seu estudo ao completar que a administração pública do turismo, leia-se também gestão, se compara a uma tarefa tal qual dos demais setores:

(...) deve dizer-se que a administração pública, da mesma forma que como se faz a administração de empresas, ou de negócios, para atingir seus fins, levar a cabo pelo menos três funções: planejamento, execução e a supervisão das atividades que desenvolve. (*id. ibid*, p. 240)

A soma de seus ensinamentos mostra que esse conjunto de atividades necessitam uma estrutura correspondente com a realidade do local para a condução do setor, mencionando que:

(...) sem dúvida que para poder levar a cabo estas funções requer contar com uma estrutura organizacional que seja possível a formulação, execução e supervisão dos planos e programas correspondentes a cada uma das atividades das quais se deve abordar. (*id. ibid*, p. 240)

A primeira reflexão que se faz pelas dificuldades apresentadas pelo autor *op.cit*; Acerenza é identificar a posição do turismo na estrutura administrativa do setor público.

O passo inicial que se coloca nessa questão é entender o que autores como Ashworth, querem esclarecer quando se referem ao fato de que o município precisa estar preparado para receber estudos em específico, aconselhando que...*somente se a cidade esteja moldando ou moldada para o turismo e que a mera existência do turismo em uma cidade qualquer oferece poucas razões para seu estudo continuado como um campo separado.* (2000)

É preciso, então, conhecer o que está no contexto de um município turístico, porque essa distinção. Segundo Boullón, o termo município se designa aos diferentes tipos de organizações políticas cuja função é administrar os interesses particulares de comunidades assentadas no território de um país. (1995) Em geral os municípios assumem funções voltadas ao bem-estar de sua população. Uma dessas funções pode ser atribuída como Município Turístico, aquele voltado prioritariamente ao atendimento de suas atividades sob a organização de empresas para o visitante, composta em sua maioria de equipamentos e infra-estrutura turística para tal.

Os Municípios Turísticos, visto sua área urbana e rural, se classificam a partir da demanda e do funcionamento da oferta. Quanto a demanda os critérios observados por Boullón, são: o número de visitantes, a estadia, a estacionalidade e duração da temporada, o número de habitações em uso e a origem dos visitantes, o que irá definir um padrão de funcionamento correspondente. Outro aspecto relacionando ao funcionamento dos Municípios Turísticos, é quanto sua localização geográfica e, também o conjunto de atrativos em seu território, que significa o "produto" capaz de atrair o deslocamento para o consumo. Está fixado nesse aspecto, em particular, os diferentes funcionamentos que pode assumir uma e outra localidade. O estudioso, *op.cit*; ACERENZA, Miguel, p. 14, chegou em cinco formas de funcionamento para um Município Turístico, podendo ser: centros de distribuição; centros de estadia; centros de escala; centro de excursão e centros de entretenimento ou recreativo.

O Município de São Miguel do Iguaçu, adaptado às características, se classifica numa dupla função de: centro de estadia e centro da excursão que, segundo Boullón se definem como sendo de estadia *aqueles que dependem de*

somente um tipo de atrativo principal cujas características motivam estadias médias de cinco ou mais noites, tal é o caso de centros turísticos de praia e, quanto a excursão, porque também recebem turistas por períodos inferiores a 24 horas originados de centro situados a duas horas de distância-tempo, que é a relação da Costa Oeste.

É sabido que a classificação do Município Turístico com relação a sua oferta, está diretamente proporcional ao seu inventário turístico, sendo avaliados os recursos naturais, históricos culturais, manifestações e usos, assim como a capacidade instalada de equipamentos e serviços turísticos, entre outros itens de qualificação. Conhecer o município turístico, potencial ou consolidado, irá determinar a dimensão da tarefa a ser empenhada na administração pública do setor, e qual a estrutura de gestão apropriada, como questão-chave onde pesa a organização, a administração pública.

1.2. O desenvolvimento sustentável

Busca-se, portanto, adotar uma nova filosofia que oriente as ações a serem tomadas, através de uma nova postura ou uma nova forma de pensamento. Tal postura de desenvolvimento leva em conta três fatores básicos: o ser humano ou comunidade, os interesses econômicos, daqueles que investem em determinada atividade e por fim o ambiente, necessário a nossa sobrevivência, tão amplamente discutido. Esta nova postura perante a exploração de quaisquer atividades, indica a preocupação em que ao mesmo tempo que se explora, no caso do turismo, um produto ou destinação turística, atenda tanto às necessidades sociais, emprego, condições de vida, etc., quanto as ambientais, de não degradar o meio, assegurando que no caso de destinações, que exploram o ecoturismo por exemplo, continuem a ter o fator que atrai os turistas, o próprio ambiente natural ou beleza cênica, utilizando somente o suficiente para que a própria natureza se encarregue de recuperar o que esta sendo utilizado, lembrando ainda do fator financeiro, que é o “lucro” dos investidores.

Desenvolver respeitando estes três fatores, é o que se melhor pode entender como “desenvolvimento sustentável”. Tudo passa pelo entendimento de um processo que busca satisfazer as necessidades e aspirações presentes, sem

comprometer a possibilidade de utilização pelas gerações futuras, para atender as suas próprias necessidades. Ou como um processo de mudança na qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras.

O desenvolvimento sustentável, como já citado, tem dimensões ambientais, econômicas, sociais, que por consequência ainda possui implicações, políticas e culturais, o que necessariamente traduz várias preocupações com o presente e o futuro das pessoas, com a produção e o consumo de bens e serviços, com as necessidades básicas de subsistência, com os recursos naturais e com o equilíbrio ecossistêmico, com as práticas decisórias e com a distribuição do poder, e com os valores pessoais e culturais.

O caráter sustentável dos processos de desenvolvimento não pode ser reduzido ao laudo técnico, que apenas avalia os impactos ambientais de um determinado plano, programa ou projeto. No caminho do desenvolvimento, sempre é indispensável analisar, visualizar e prevenir os impactos ambientais nas decisões e nas atividades humanas. A redução da pobreza, a satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida da população, o resgate da equidade e o estabelecimento de uma forma governamental que garanta a participação nas decisões, são condições essenciais para que o processo de desenvolvimento seja julgado sustentável.

Esse discurso de solidariedade diz algo de um processo de mudança estrutural, mas por diversos rumos diferentes aos definidos pela nova pós-modernidade decorrente dos processos de globalização. A abordagem do desenvolvimento sustentável persegue objetivos de equidade, visando produzir mudanças qualitativas nos relacionamentos que determinam a exclusão social e a desigualdade. O desenvolvimento sustentável insiste na qualificação e apreciação do crescimento econômico, dando igual ou maior importância a suficiência material, capaz de garantir melhoria na qualidade de vida, a equidade como princípio de distribuição e a custódia eco-ambiental como solidariedade entre as gerações presentes e futuras.

Por conseguinte, o desenvolvimento sustentável promove um novo tipo de competitividade econômica, socialmente inclusiva, que faz a sociedade avançar para

modos de vida menos destrutivos e alienados; a preocupação está centrada mais na qualidade da vida que na quantidade da produção. Até que ponto as prefeituras e suas estruturas estão preparadas para orientar processos de desenvolvimento sustentável? O desenvolvimento municipal é freqüentemente reduzido e interpretado como processo de modernização da máquina administrativa local, o que implica a descentralização e definição de novas funções para o governo municipal, bem como fortalecimento de suas estruturas organizacionais para operacionalização do atendimento das diferentes escalas de problemas e demandas.

A modernização da gestão municipal diz respeito ao fortalecimento da gestão pública local para condução eficiente, eficaz e efetiva das estratégias, programas e projetos de desenvolvimento. E isso requer um grande aumento da capacidade técnica de gestão no sentido de aproveitar, com economia de meios, as potencialidades e os escassos recursos existentes. Requer também um comportamento institucional voltado para a aprendizagem contínua buscando sempre o aperfeiçoamento, saindo do imobilismo e da inércia de seus quadros diretivos tradicionais.

Para que se concretize o desenvolvimento sustentável em nível municipal, com as diversas dimensões apontadas, são imprescindíveis, além da modernização da institucionalidade local, a mobilização e a organização da sociedade, a formação de recursos humanos, novos instrumentos que concorram para orientar e subsidiar as decisões sobre o desenvolvimento, mecanismos flexíveis de financiamento, uma estratégia participativa de administração pública e o fortalecimento de sistemas de parceria e co-responsabilidade entre atores públicos e privados.

Dentro desse enfoque, vale citar o PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo, que tem como um de seus princípios a descentralização, ou seja, fortalecer o poder público municipal para que, em conjunto com as instituições privadas e os representantes da comunidade, assumam a co-responsabilidade e participe da definição e da gestão das políticas, dos programas e das ações locais voltadas à gestão do turismo municipal, harmonizado à filosofia do desenvolvimento do turismo sustentável. Em seu material de divulgação, a exemplo do “site” do EMBRATUR na Internet, o programa é apresentado com a mensagem muito próxima do se defende quanto a gestão, ou seja:

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT é um Programa desenvolvido e coordenado pela EMBRATUR, mediante a adoção da metodologia da Organização Mundial do Turismo - OMT, adaptada à realidade brasileira, com o propósito de implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado¹, para os Estados e Municípios, de maneira integrada, buscando maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística, de forma participativa. (site Internet)

Essa visão estratégica enquanto instrumento de gestão fica muito reforçada e evidente na medida que o programa se justifica como, além dos seus objetivos, voltado aos gestores públicos:

(...) instrumento de mobilização, sensibilização e capacitação, o PNMT apoia as funções gerenciais de planejamento, tomada de decisão e controle operacional, abrangendo os Órgãos da Administração Pública, sejam eles da administração direta ou indireta, como Autarquias, Fundações e Empresas públicas e privadas. (*id.idib.p.21*)

Além da mensagem que associa o programa à descentralização, o PNMT também apresenta em sua essência princípios muito atualizados, tal como, a sustentabilidade, a identificação de parcerias públicas e privadas, a mobilização, através do estímulo a atuação na comunidade na busca de alternativas e objetivos comuns e a capacitação. São palavras-chave que tornam o programa alinhado às preocupações de toda ordem, como se extrai de seus objetivos, que estão assim dispostos em seu material promocional:

1- fomentar o desenvolvimento turístico sustentável dos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política;

2- conscientizar e sensibilizar a sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida da população e preservação de seu patrimônio natural e cultural;

¹ Grifo nosso

3- descentralizar as ações de planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação, motivando os segmentos organizados do município a participar da formulação e da co-gestão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo Municipal;

4- disponibilizar, aos Municípios brasileiros com potencial turístico, condições técnicas, organizacionais e gerenciais para o desenvolvimento da atividade turística; estimular o fortalecimento das relações dos diferentes níveis do poder público com a iniciativa privada, visando ao estabelecimento de parcerias para discutir os problemas e buscar soluções em benefício da comunidade.

Outro interessante aspecto dentro da gestão do turismo, promovido no âmbito federal através do EMBRATUR e utilizando ainda o PNMT como modelo ou referência, está no arranjo institucional para implantação que se resume em três níveis de estrutura administrativa e da mesma forma em três diferentes fases de evolução do mesmo, utilizando métodos de gestão participativa e treinamento em questões de planejamento e sua execução. Em outras palavras, a dinâmica do PNMT é assim definida, com a capacitação em oficinas que ocorrem:

(...) 1ª Fase - Conscientização: capacitação dos Agentes Multiplicadores Nacionais, Estaduais e dos Monitores Municipais, para a mobilização, sensibilização e conscientização da comunidade.

2ª Fase - Capacitação: qualificação dos Agentes Multiplicadores Nacionais, Estaduais e dos Monitores Municipais, para a orientação dos diversos segmentos da comunidade com vistas à constituição do Conselho Municipal do Turismo e do Fundo Municipal do Turismo.

3ª Fase - Planejamento: capacitação dos Agentes Multiplicadores Nacionais, Estaduais e dos Monitores Municipais, como Facilitadores na Metodologia Simplificada de Elaboração da Estratégia Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

Por outro lado, a Coordenação do PNMT, ou seja, seu arranjo institucional fica assim proposto, segundo informações obtidas da fonte do programa:

(...) no âmbito nacional sob a competência da Coordenação Geral do PNMT, exercida pela EMBRATUR e pelas instituições parceiras, planejar, coordenar, implantar, acompanhar e avaliar as ações do Programa, em nível nacional. A Estadual, ao Comitê Estadual do PNMT, formado por representantes da unidade gestora da política de turismo e das instituições parceiras estaduais, planejar, coordenar, implantar, acompanhar e avaliar as ações do Programa, no Estado. O Municipal a coordenação compete ao Conselho Municipal de Turismo, criado dentro da filosofia do PNMT, iniciar e coordenar o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, por meio de metodologia simplificada de planejamento, com enfoque participativo.

O processo de participação formal do PNMT é definido através de algumas etapas que têm início com a participação (adesão) do poder público no processo de planejamento turístico com o preenchimento do RINTUR – Roteiro de Informações Turísticas e envio à EMBRATUR (anexo n.º 1). O Município de São Miguel do Iguaçu já participa do PNMT e está classificado como Município Turístico, ou seja, localidades que através da avaliação realizada, por aquela autarquia podem-se beneficiar dos incentivos previstos em seus programas.

No Brasil, o Turismo no processo de municipalização, têm o programa desenvolvido desde 1994 o PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo (Portaria Ministerial nº 130), implantado em agosto de 1995. As atividades sobre o programa são demonstrados e divulgados pelo EMBRATUR, oficialmente sobre o período de 1998 a 2000, totalizando um engajamento de 1.476 municípios, seguindo a tendência de descentralização de informações e delegação de funções, neste projeto de gestão e planejamento participativo em todo o país. O envolvimento maior é na fase 2 com 56% de participantes, seguido da fase 3 com 24%.

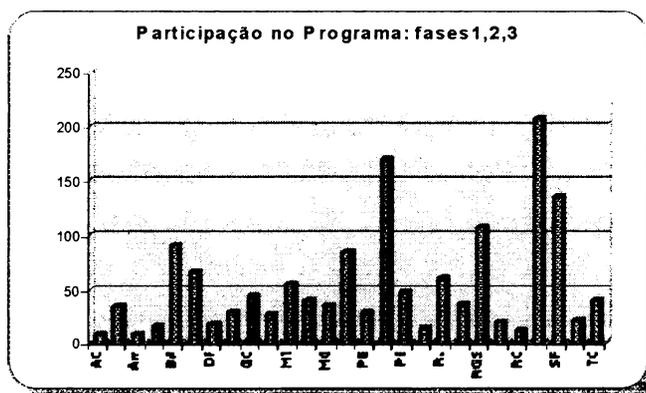
Tabela 1: Demonstrativo PNMT /1998-2000

	Fase I	Fase II	Fase III	Geral/Fases *
Acre	9			9
Alagoas	11	9	15	35
Amapá	1	8		9
Amazonas	5	11		16
Bahia	22	69		91
Ceará	8	59		67
DF	19			19
Esp. Santo	1	29		30
Goiás	13	31	1	45
Maranhão	6	21		27
Mato Grosso	6	8	41	55
Mato Grosso Sul	12	29		41
Minas Gerais	16	7	12	35
Pará	14	48	23	85
Paraíba	8	22		30
Paraná	36	94	40	170
Pernambuco	19	27	1	47
Piauí	0	14		14
Rio de Janeiro	9	32	19	60
Rio Grande do Norte	15	7	15	37
Rio Grande do Sul	44	63		107
Rondônia	5	10	5	20
Roraima	6	5	1	12
Santa Catarina	9	141	58	208
São Paulo	48	71	26	145
Sergipe	8	5	9	22
Tocantins		12	28	40
Total	350	832	294	1476

Fonte: EMBRATUR – abril 2001.

* Para efeito desta tabela foram somadas na fase III, as etapas I e II

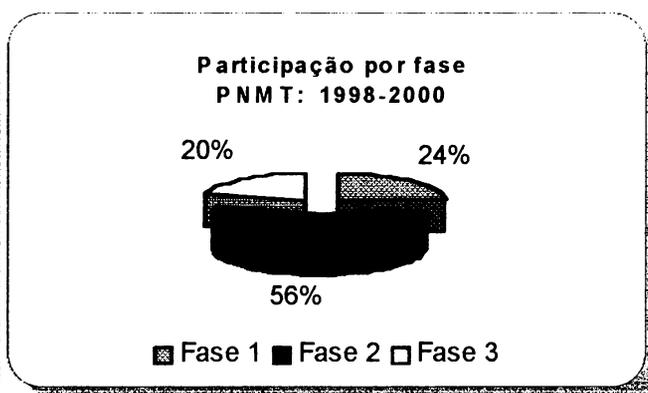
Gráfico 1: PNMT, participação por Estado



percentual

Fonte: EMBRATUR/PNMT: abril 2001

Gráfico 2: PNMT participação



Fonte: EMBRATUR/PNMT: abril 2001

Municipalizar implica repensar os objetivos da sociedade, bem como sua relação com o Estado procurando desenhar alternativas de vida ligadas a novas mentalidades e modos de agir e pensar. É uma estratégia para transformar cada município num pequeno país independente, seguindo seu próprio modelo de desenvolvimento ou, ao contrário como esforço e processo nacional para modernizar o Estado, no qual cada município participa, segundo as suas potencialidades. Isso tudo se dá através da ação governamental no turismo que pode abranger várias áreas. As atuais discussões sobre os limites de ação do Estado na filosofia do liberalismo incluem o debate sobre esta questão. Em muitas destinações turísticas observa-se que a atividade se desenvolve com um mínimo de ação governamental e tal postura leva a uma ocupação absolutamente desordenada pela iniciativa privada. Em outras observa-se o governo explorando serviços típicos da iniciativa privada e fazendo uma concorrência até certo ponto desleal com a empresas privadas. De acordo com Bezerra, a organização turística municipal é a fundamentação de todo processo de desenvolvimento que envolve o País, o Estado e o próprio Município, mas é importante que cada município descubra sua vocação turística e o papel que lhe cabe dentro da visão mercadológica do turismo.

Assim cabe ao município definir a importância da atividade turística no contexto das atividades econômico-sociais, se assumida como atividade principal ou como de apoio. Existe um imenso patrimônio a ser comercializado em cada município adaptando corretamente os aspectos que convém para o Turismo. Antes de se desejar o desenvolvimento turístico de um município, deve-se prepará-lo,

principalmente através de sua população, no que diz respeito ao aspecto cultural que por ela deve ser exaltado a se fazer respeitado para que não haja descaracterização de suas origens.

São os munícipes que conhecem as potencialidades de seu município e, portanto, é necessário seu envolvimento no planejamento do turismo em sua cidade, juntamente com profissionais e entidades das diversas áreas envolvidas. A base local é a fundamentação de todo o processo de desenvolvimento que envolve o País. E, sendo assim é importante reforçar, como mencionado anteriormente, que cada município descubra sua vocação turística e o papel que lhe cabe dentro da visão mercadológica do Turismo.

Quando se pensa em Municipalizar a palavra ação desse raciocínio é a “descentralização” onde a municipalização pressupõe o fortalecimento da administração municipal, através da efetivação de uma gestão voltada para o planejamento e a organização de seus diferentes setores.

Assim, portanto, deve-se ter em conta de que o município acima de tudo que foi apresentado, dentro dos estudos propostos por Bezerra² também define-se como a célula política da sociedade nacional, uma instância de direito público funcional e territorial descentralizada que opera politicamente, visando atingir a satisfação das necessidades das comunidades locais. Neste caso as necessidades se aplicam ao aproveitamento do turismo.

O que se extrai, tanto do exemplo do PNMT, quanto do papel do município é que na intenção da municipalização, como instrumento do desenvolvimento sustentável, esta vai precisar orientar-se, basicamente em três eixos fundamentais que tratam: o primeiro da democratização da vida social e a integração de todos os grupos sociais (*ib. ibid*); o segundo da implementação de um conjunto de atividades estratégicas de desenvolvimento rural e comunitário e, terceiro da proteção da natureza por meio de atividades estratégicas, a exemplo de ações de planejamento sustentável.

Nessa discussão é importante primeiro trazer a razão do planejamento com enfoque no desenvolvimento sustentável, que vêm muito bem fundamentando

² Deise Maria Fernandes Bezerra, docente do Curso de Turismo da UFPR e Coordenadora do PNMT do Estado do Paraná

através dos conceitos da economia que segundo Rossetti³ são tratados como os grandes desafios econômicos do mundo atual que é a “expansão econômica e a preservação ambiental”. Ou seja, tudo têm a ver com a superação de que é colocado para todos como uma contradição – até mesmo um dos mais claros paradoxos que vivemos: “de um lado, as fundamentais razões para expansão da produção; de outro lado, as também fundamentadas razões para preservação ambiental” (expandir a produção e preservar).

Isso ocorre porque tudo que o homem produz resulta das bases naturais transformadas, e não é diferente para o fenômeno do Turismo, essencialmente consumidor e até reconhecido como “espoliador do meio ambiente”. A palavra chave, então, no último quartel do século 20 é, senão outro, que o controle do comportamento na concepção das novas formas de produção, induzido ou voluntário, dos agentes econômicos em relação à busca de solução para esse conflito, quando se tende para a operacionalização de um novo conceito – o de desenvolvimento sustentável, que por S. Schmidheiny pode ser resumida numa única palavra a Ecoeficácia.

O conceito se fecha com a seguinte proposta pelo autor (Rossetti).

têm a ver com novas concepções de produção, fundamentadas em recursos básicos, processos e produtos que atendam às necessidades presentes, em escalas crescentes, mas sem comprometer a capacidade de as futuras gerações atenderem também aos padrões de necessidades que vierem a definir. (1997)

Como? Com a adoção de tecnologia entre outros instrumentos como: imposição de controles diretos (regulamentação do Governo); incorporação das externalidades negativas ao custo da produção ou PPP - Preço Pago pelo Poluidor (tributário) e auto-regulação. (ISO 14.000). Esses instrumentos tratam de frente as questões ambientais de onde tiramos o conceito da Ecoeficácia e o mais próprio entendimento do uso dos recursos da natureza, limitados, frente às ilimitadas necessidades e desejos do homem.

³ Rossetti, em sua obra Introdução a economia, 17ª edição, na discussão *Os grandes desafios econômicos do mundo atual*.

Existem portanto, várias forças que ora colaboram para a aplicação do conceito em sua plena orientação, ora colaboram ao oposto, não promovendo o Turismo Sustentável. Aos OOT – Organismos Oficiais de Turismo e a OMT – Organização Mundial do Turismo, oferece algumas diretrizes, onde podemos observar que o conceito de sustentabilidade exige uma visão de longo prazo e garante que o consumo do turismo não exceda a capacidade da destinação de receber turistas futuros. O conceito de sustentabilidade divulgado pelo EMBRATUR em parceria com os princípios da OMT é:

...é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural ou cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas”(EMBRATUR/IBAMA 1994)

Outro componente nesse cenário ambientalista foram as aspirações por novas formas de relacionamento respeitoso e harmonioso do homem com o meio natural, que transpostas para o turismo ensejaram o surgimento de propostas alternativas de viagens, voltadas a natureza e para os valores étnicos-culturais presentes nas mais remotas e diferentes regiões do mundo onde tais elementos, ainda na sua forma autêntica, pudessem ser vivenciados.

O que se evidencia é uma grande preocupação dos planejadores com a sustentabilidade do turismo. É necessário definir um modelo de desenvolvimento que permita o crescimento da atividade sem perda de sua qualidade. Vários são os instrumentos que podem ser utilizados para controle deste desenvolvimento, dentro da questão da gestão ambiental. sendo o mais eficaz os instrumentos legais. Vale citar que no Brasil vários são os instrumentos legais que podem contribuir para a “exploração” sustentável do patrimônio turístico. A legislação ambiental exige a elaboração de EIA - Estudos de Impacto Ambiental, para aprovação de projetos de maior porte. As áreas próximas às grandes massas de água são regidas pela legislação de proteção de mananciais. A região litorânea, por sua vez, está protegida pela Lei de Gerenciamento Costeiro.

Além dessas leis, os municípios por força dos instrumentos de planejamento urbano mantêm em funcionamento as leis de uso e ocupação do solo urbano que visam, em princípio, ordenar esta ocupação e racionalizar as funções da cidade aplicado aos seus moradores e atividades principais. Várias destinações turísticas se valeram da legislação para viabilizar o turismo sustentável, como por exemplo, no litoral norte de São Paulo o município de São Sebastião pode ser considerado um parâmetro de legislação, que procura controlar a intensidade de ocupação através da proibição de se construir mais de dois andares e de índices baixos de ocupação de cada terreno.

De outro lado, se acrescenta exemplos de destinações que sem valer da legislação provocaram uma queda na qualidade do produto turístico, citando as cidades de Guarujá em São Paulo ou Balneário Camburiú, em Santa Catarina, são exemplos de adensamentos urbanos que implicaram em queda de qualidade do produto turístico. Esses municípios, por terem tido uma ocupação turística quando ainda não se tinha totalmente empregada a consciência da importância da sustentabilidade, permitiram o adensamento urbanístico de tal forma que a massa de prédios ao redor das praias acaba influenciando até no micro-clima local.

Outro ponto necessário que merece ser esclarecido é que a especulação imobiliária e o retorno econômico no curto prazo foram os principais motivadores do que ocorreu nessas localidades. A legislação de proteção do patrimônio turístico não se restringe aos índices de ocupação dos terrenos. Cuida também da manutenção da flora e da fauna nativas, do tratamento dos esgotos, da coleta e tratamento de lixo, etc. Apesar do patrimônio turístico apresentar um conjunto de leis bem elaboradas, o que se observa em muitas localidades é que estas leis não são cumpridas integralmente. A dificuldade de fiscalização, a avidez dos loteadores e construtores e a falta de consciência da população como um todo são fatores que contribuem para que a legislação não tenha o efeito desejado. Assim, muitas vezes, o desenvolvimento de campanhas de conscientização são mais eficientes do que uma quantidade enorme de leis proibitivas.

O turismo é uma atividade econômica que tem no território, na paisagem, no patrimônio natural e cultural suas principais matérias-primas. Assim, não é possível produzir turismo sem que haja direta ou indiretamente uma participação do Poder Público. Dessa forma, o desenvolvimento do setor turístico tem na ação

governamental, através de uma legislação atuante, um elemento estratégico para o seu desenvolvimento.

1.3. O Planejamento e organização municipal

Sem dúvida há uma infinidade de conceitos e definições propostos para a ação de planejamento. Entretanto, planejamento invariavelmente está relacionado ao fato de ser um instrumento de intervenção, intencional e racional, organizado num determinado tempo e espaço parte de um amplo processo sistêmico cercado de informações, dados, conhecimento, essenciais na tomada de decisão, assim como, na avaliação de resultados e continuidade. Dessa forma pode-se afirmar que a tudo aplica-se, seja de modo mais elaborado ou para pequenas ações no dia-a-dia. Ainda pode-se compreender que os instrumentos de planejamento abrangem especificidade de algumas áreas podendo ser sua ação principal, como por exemplo Planejamento Turístico no sentido do macro, e como parte deste por exemplo, a organização de roteiros turísticos, a construção de um meio de hospedagem, entre outros, ou seja, micro planejamentos.

Cabe ainda na compreensão do planejamento a necessidade que o requer, ou seja, pode ser antecipado às tendências com intervenções, como pode surgir para mitigar efeitos que estejam ocorrendo em determinado local, área, região ou país, como freqüência ocorrido nos casos onde há incidência do turismo de massa ou modismo. Independente do âmbito ou da forma em que seja aplicado, como coordenador e incentivador do processo, a gestão de turismo e conseqüentemente o planejamento turístico de um núcleo receptor é inalienável ao poder público. Ou seja, desde a composição da Lei Orgânica Municipal, fica consignado constitucionalmente que é tarefa do poder público desenvolver o turismo buscando promover o desenvolvimento social e econômico. Para tanto, de acordo com a hierarquia de seus recursos e importância do turismo para a localidade, o poder público implementará sua execução com estruturas administrativas, estas, com a responsabilidade da implementação, coordenação das sucessivas etapas e monitoramento do processo desenvolvimento turístico.

Nesse exercício o poder público deve, através do OOT – Órgão Oficial de Turismo, orientado por legislação competente, definir uma política de turismo,

elaborar planos de desenvolvimento que abranjam todas as linhas dessa política com a indicação de programas e projetos afins, num processo permanente e contínuo, exposto no diagrama, sempre aplicado a uma visão ampla da realidade envolvida e dentro do enfoque participativo. Na concepção do PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo, o OOT *é uma unidade física e social responsável por implementar as políticas de turismo municipal que orientam as ações dos diferentes segmentos do setor.*

Assim, através do planejamento turístico este atua, demonstrando sua função principal, como elemento de ampliação do potencial turístico e competitividade de uma localidade, região ou país, e para tanto, exige a integração e atuação de áreas de suporte tais como: saneamento, comunicação, paisagismo e meio ambiente, segurança, saúde, que orientadas para suas finalidades contribuem para a ação do planejamento turístico, de forma multidisciplinar.

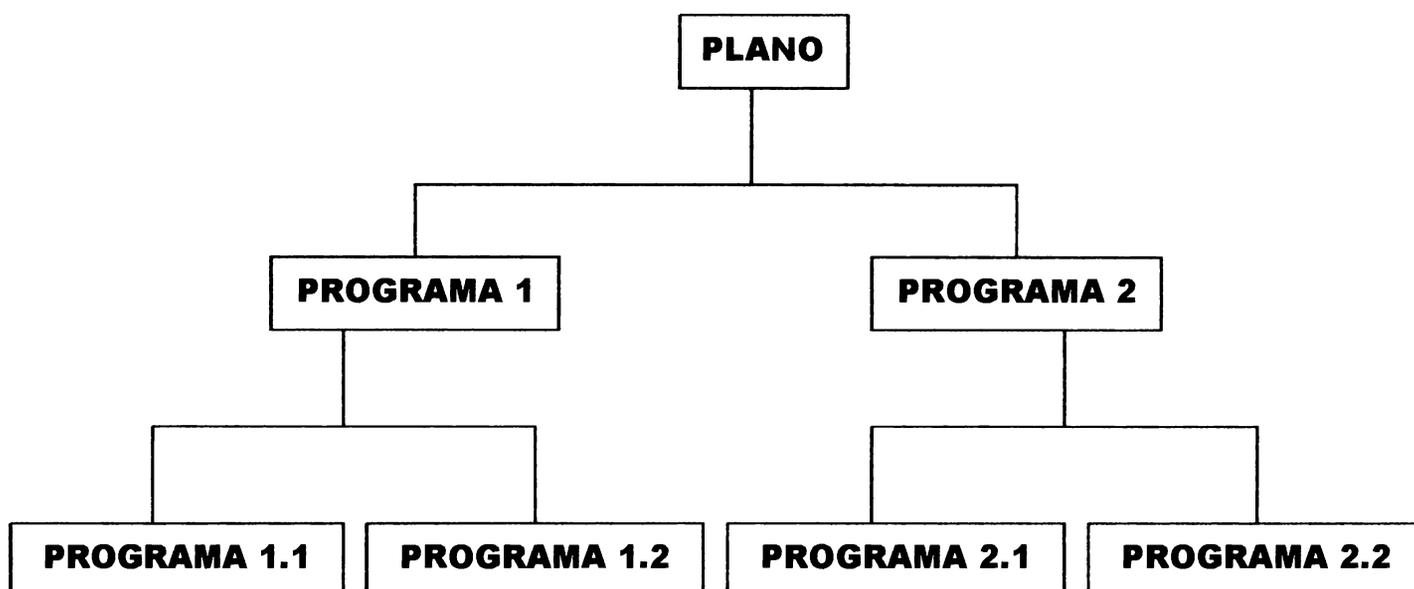


Figura 1: Modelo Ideal de Planejamento Turístico Municipal, (Ignarra, 1999, p. 135)

Esse diagrama, adaptado por Bezerra, mostra as divisões do processo de planejamento turístico, em seus três níveis, o estratégico, tático e operacional:

(...) Política Nacional: objetiva o desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional. Coordenada pelo

EMBRATUR. Plano: implementação da Política. Ações, programas e projetos propostos no planejamento. Participação do Trade, da comunidade e dos órgãos oficiais. Concretização das diretrizes sob um prisma estratégico. Programa: conjunto de projetos. Materialização das metas. Projetos: detalhamento dos programas (Bezerra).

O planejamento turístico, segundo Bissoli⁴ deve ser entendido como uma ação social, no sentido que vai ser dirigido à comunidade, e racional, na medida em que é um processo que tende a estabelecer e consolidar uma série de decisões com alto grau de racionalização. As técnicas utilizadas e métodos científicos que envolvem o planejamento turístico se concentram, de acordo com a mesma estudiosa em cinco objetivos principais:

(...) criação, elaboração, análise e interpretação de planos e projetos turísticos; realização de estudos tendentes a explicar os fenômenos turísticos, bem como as respectivas origens, mudanças e evoluções; análise dos efeitos dos pólos emissores e receptores sobre os indivíduos, grupos ou categorias sociais; elaboração de projetos ou estudos de planejamento, organização, funcionamento e exploração de empreendimentos turísticos em empresas públicas e privadas (Bissoli, p. 35).

Para Ruschamann (1997), que têm seus estudos atentos a questão ambiental o planejamento turístico já possui a finalidade exclusiva de *ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada, evitando assim efeitos negativos nos recursos, como sua destruições e a redução de sua atratividade.*

⁴ Maria Angela Marques Ambrizi Bissoli, coordenadora do Curso de Turismo da FAM – Faculdade Americana, autora do livro *Planejamento Turístico Municipal com suporte em sistemas de informação*, 2000.

1.3.1. Planejamento e organização turística municipal – ação do poder público

A ação do poder público no turismo, especificamente em nosso país, é tratada no âmbito da Carta Magna. O Turismo, então, vem na constituição federal (artigo 180) numa única instrução: *A União, Estados e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico*. Em menos de duas linhas, se reconhece o Turismo como setor estratégico para a economia nacional e, a necessidade da orientação de seu planejamento turístico. Em suma, temos o planejamento turístico, sob o ângulo macroeconômico, que procura ordenar o processo econômico para o melhor funcionamento da ordem social (Eros Grau)⁵.

A experiência brasileira com a intervenção do Estado no *Turismo* já esteve presente. Ocorreu com a criação em 1966 da EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo (alterado para Instituto Brasileiro de Turismo, 1991, sob a mesma sigla EMBRATUR) onde pela primeira vez se estabeleceu uma Política Nacional de Turismo já orientada ao planejamento turístico, no âmbito do direito.

Anterior a esses momentos nenhuma norma legal transferia diretamente a ação do planejamento turístico para o Estado, de forma planejada e isso equívale ao período entre os anos 30 a 60 onde o *Turismo* era coordenado pelo Departamento de Divulgação e Certames, assim definido pela estrutura organizacional.

O planejamento turístico com a intervenção do Estado, ocorre nas modalidades de participação, indução ou controle. Em nosso país, está concentrado nas modalidades de indução e controle. Na indução, mais reconhecida através do FUNGETUR - Fundo Geral do Turismo que atuou nos anos setenta e oitenta no apoio financeiro direto à construção de hotéis, porque se acreditava que somente após o estabelecimento de um parque hoteleiro viria o fluxo turístico. No controle do Estado, quando se estabeleceu ainda no mesmo período a legislação (leis, decretos-lei, e deliberações normativas) para o exercício das atividades (hospedagem, agências de turismo, guia de turismo...) como também, os direitos do consumidor desses serviços. Num balanço do planejamento turístico sob a ação do Estado,

⁵ Matéria da coluna – Viagens e Turismo: Gazeta do Iguazu, Silvia Thomazi, 30 de julho de 2001.

chegamos ao final do “século breve”⁶, concentrados na indução, já não plenamente financiada, mas com o estabelecimento de linhas estratégicas de atuação.

Na função de controle (regulador) uma ação enfraquecida, ao sujeitar o exercício das atividades ao regime da *autoregulação* pedido do próprio *trade* turístico, nos anos noventa.

Em suma, isso nos leva a uma questão basilar - a competência do Estado no planejamento turístico intransferível. Temos o aporte conceitual legal suficiente que se esgota através da lei orgânica, leis orçamentárias, legislação urbanística, planos plurianual e diretor. Isso resume ainda que detém a responsabilidade total, coletiva, de assegurar que benefícios gerados não sejam obtidos em detrimento das necessidades sociais, culturais e ambientais, e, compete à iniciativa privada, sua participação cooperada, não suplementar, em absoluto.

No entanto, como a gestão de turismo têm a responsabilidade de agir sobre a função social e territorial de uma localidade, a diretriz maior deverá emanar do Poder Público, que orientará o caminho a ser seguido. Este deverá orientar e determinar, entre outros, estudos que possam contribuir significativamente para um ordenamento do território, de forma a fundamentar-se no planejamento e numa política de turismo adequados às necessidades atuais do município. Isso não invalida a participação e responsabilidade da comunidade. De acordo com Bissoli, o planejamento turístico requer o envolvimento das cidades, da comunidade:

(...) os cidadãos tem obrigação de se envolver com o processo de planejamento turístico da municipalidade, eles vivem diariamente as causas, conseqüências e/ou efeitos da atividade turística, seja qual for seu estágio de desenvolvimento (BISSOLI, p. 36, 2000).

Dessa maneira, observando esse aporte conceitual tudo se volta ao município e ao OOT – Órgão Oficial de Turismo, que independente de sua configuração (secretaria, depto, assessoria, ...) irá exercer a importantíssima função de articuladora e integradora com as demais administrações municipais, propondo-lhes linhas de atuação em favor do turismo. O papel do Poder Público, enquanto

⁶ “Século breve”, assim definido o século XX pelo historiados Eric Hobsbawn em sua obra O novo século.

voltado ao planejamento municipal, deve relacionar-se aos demais níveis de planejamento na medida em que o município não se coloca como realidade isolada, mas integra-se em uma determinada região. Mais estritamente, a operacionalização do planejamento local se dá através de mecanismos institucionais existentes, por intermédio dos quais são tomadas decisões que influem no seu processo de desenvolvimento para Bruna (*apud* Bissoli, p. 51). Crê-se que, no cumprimento de suas funções, deve o Poder Público reunir condições técnicas e operacionais, preferencialmente com a estrutura de um organismo afim, correspondente a amplitude da atividade turística na economia local.

Em alguns municípios o turismo encontra-se enquadrado na Secretaria da Cultura, ou na Secretaria da Indústria, Comércio, Meio Ambiente ou Esportes. Em alguns casos, ainda o turismo é administrado por empresas públicas, autarquias ou organização social. Toda essa organização jurídica está intrinsecamente vinculado a importância da atividade vontade política de sua condução.

É muito comum relacionar a função do OOT com competências muito operacionais tais como enumera Deise Bezerra (2000) em seus estudos:

- 1- coordenação institucional do planejamento e fomento da atividade;
- 2- controle de qualidade do produto através de legislação e normatização da atividade;
- 3- moção institucional dos investimentos da iniciativa privada em eventos no calendário turístico nacional ou internacional e demais meios de divulgação do potencial turístico;
- 4- apoio técnico e operacional na capacitação de recursos humanos; controle do uso e da conservação do patrimônio turístico físico e cultural; captação e disseminação da informação turística; auxílio na implantação e manutenção da infraestrutura urbana básica;
- 5- auxílio na gestão com as concessionárias a prestação de serviços de segurança pública; ações de captação de investidores privados para o setor; desenvolvimento de campanhas de conscientização turística; apoio ao desenvolvimento de atividades culturais locais, tais como o artesanato, o folclore, a gastronomia típica, etc;
- 6- elaboração e manutenção de sistemas estatísticos de acompanhamento mercadológico; entre outros.

Essa questão comum entre os estudiosos sobre o tema, ganham pequenas variações quando o enfoque é definir se a atividade turística está assumida como atividade principal ou de apoio. Segundo, Sartor (apud Bissoli p. 51) é de competência do Município:

- 1- estruturar administrativamente sua organização com respeito ao turismo;
- 2- estabelecer a política de promoção turística em nível municipal de forma objetiva, com atuação própria e integrada às diretrizes federais e estaduais;
- 3- realizar levantamentos e análises das potencialidades turísticas do município;
- 4- elaborar planificação global, integrada com os demais setores da administração do município;
- 5- exercer vigilância, fiscalização e controle dos planejamentos e projetos urbanísticos e turísticos;
- 6- estabelecer, na medida do possível, instrumentos de incentivo à iniciativa privada para exploração da atividade turística;
- 7- relacionar, determinar e executar todas aquelas medidas que se destinam a fomentar e desenvolver a atividade turística municipal em sintonia com as hierarquias superiores.

Essas relações apresentadas não se esgotam, se mesclam e divergem em pequenas ações mas com o objetivo comum do desenvolvimento turístico. O Poder Público em sua história já assumiu posturas intervencionistas muito mais abrangentes. Observa-se por exemplo, que o governo de São Paulo, no passado, implantou e explorou vários hotéis situados nas estâncias turísticas. Tal atividade que para a maioria é inconcebível que esteja nas mãos do Estado, no passado tinha uma justificativa plausível. Há décadas passadas essas localidades, por possuírem fontes de águas minerais, ou climas favoráveis à saúde, ou por serem estâncias balneárias litorâneas tinham um potencial turístico não desenvolvido, por ausência de uma infra-estrutura de serviços receptivos.

Com a implantação desses hotéis, pelo governo, a demanda começou a crescer, fato este que atraiu investidores privados para a cidade. Assim, anos depois, muitas destas estâncias possuíam vários hotéis privados, não havendo mais

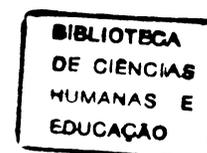
a necessidade daquele empreendimento pioneiro que teve o papel de fomentar a atividade turística. O mesmo ocorreu na Bahia, pela Bahiatura, que no intuito de interiorizar o turismo no Estado, patrocinou além da construção de meios de hospedagens, investiu na operacionalização de Centro de Convenções e terminais turísticos. É certo que essa ação subsidiária do Governo ficou no passado. Com todo o processo de desestatização anunciado, as ações passam de um caráter financiador da iniciativa privada para uma ação de orientação, fomento e financiamento da atividade através da indicação de linhas de crédito.

Na verdade, o papel que o Poder Público possui no desenvolvimento do turismo é assunto de extenso debate entre os profissionais da área. Embora muitos estudiosos incluam o turismo entre os setores econômicos na organização administrativa do Estado, na prática isso não ocorre na totalidade dos países. Analisado sob esse enfoque a elaboração e implementação de um processo de planejamento turístico municipal, deve ocorrer de forma participativa, amplamente divulgadas e estabelecidas prioridades que atendam os interesses da comunidade local.

1.4. Núcleo e o ciclo de desenvolvimento do turismo

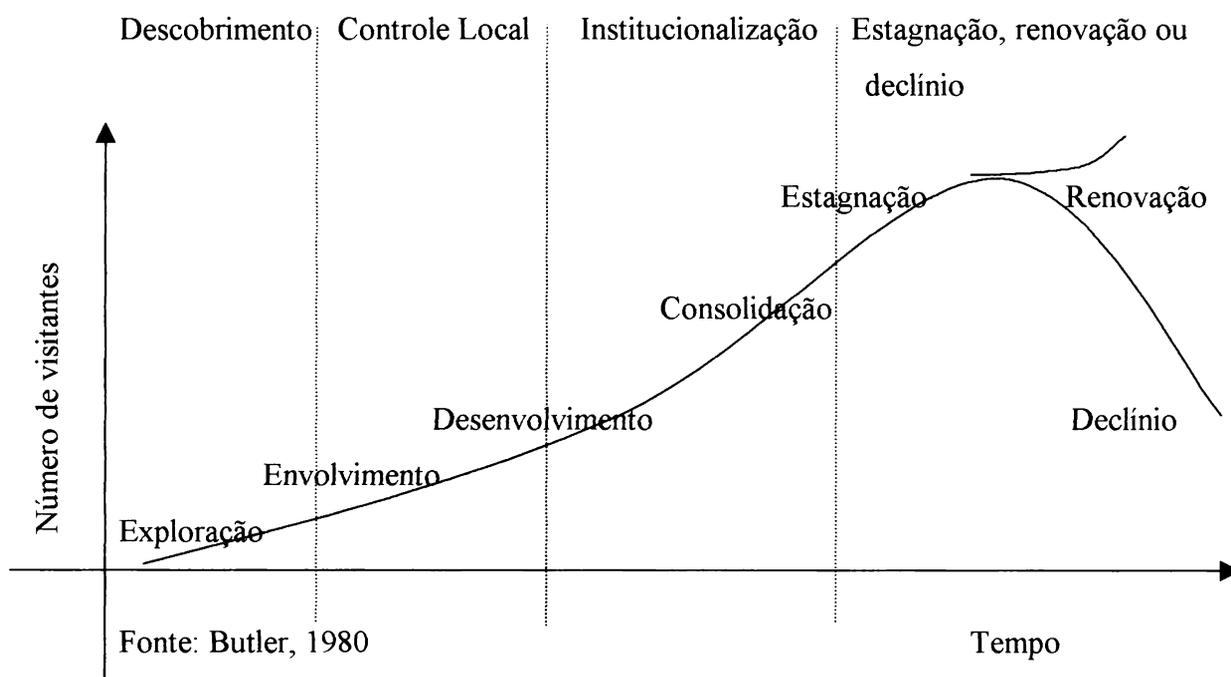
O desenvolvimento do turismo numa localidade, seguindo o conhecido ciclo de vida das destinações turísticas de Butler ⁷, é representado por fases com características próprias, designadas pelo ciclo de vida do turismo. Esse ciclo é iniciado por um crescimento exponencial durante as primeiras fases, até atingir o ponto de quebra/saturação, seguindo um descréscimo acentuado. Esse ciclo leva em torno de uns 20 anos para se completar.

Alguns autores estudaram este fenômeno ainda em debate especialmente pela academia nas últimas décadas que crê em destinações que já nascem consolidadas como os *resorts* e parques temáticos, que são lugares prontos. Mas deixada essa discussão de lado e indo para o enfoque que se pretendeu inicialmente.



⁷ R.W. Butler : O conceito de evolução e ciclo do turismo numa área - implicações para o gerenciamento do lazer, *Canadian Geographer*.

Figura 2 - Ciclo de vida de área turística - TALC, hipotético



Já o ciclo de vida de uma destinação turística, adaptado ao modelo de Butler é traduzido da seguinte maneira: os ciclos seriam os de exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação ou renovação, com ocorrência no tempo *versus* número de visitantes e cada qual assume uma das quatro etapas: descobrimto, controle local, institucionalização e a última de estagnação, renovação ou declínio, demonstrados na figura 2.

Na primeira fase identificada por **exploração**, no modelo original é quando o local recebe investimentos e tais oportunidades são elevadas, pois neste momento a infra-estrutura turística receptiva ainda não está completa e a demanda encontra-se em franco crescimento, este momento é caracterizado pela etapa do descobrimto do núcleo turístico. Na fase de **envolvimento**, segundo este modelo, surgem investimentos externos que buscam estimular ainda mais a demanda para amortizar estes capitais investidos, onde também são despertados interesses da comunidade e empresários pela atividade, que deve decidir se querem estimular o turismo e, se quiserem o tipo e a escala de turismo que preferem. Aqui o envolvimento da comunidade local deveria garantir que se respeitem os limites de capacidade de carga localmente determinados e que os princípios de sustentabilidade sejam introduzidos.

No momento seguinte, o de **desenvolvimento**, grandes quantidades de visitantes são atraídos, chegando a igualar ou exceder o número de habitantes locais em período de pico. Neste estágio a organização do turismo pode mudar, a medida que o controle sai das mãos locais e empresas de fora da área chegam para oferecer produtos e instalações. O controle no setor público pode ser afetado também a medida que o planejamento regional e nacional se torne necessário, em parte para melhorar problemas, mas também em função de adaptar-se ao mercado gerador de turistas. Esta etapa é caracterizada pelo controle local.

No ciclo de vida chega-se ao momento de **consolidação**, ou na terceira etapa de institucionalização o setor como pode ser observado na figura. Aqui concentra o domínio de grandes empresas, geralmente multinacionais. Nesta fase se atinge o limite da capacidade de carga, provocando a degradação na qualidade dos recursos. A diminuição da qualidade dos recursos implica a degradação da imagem turística do local e provoca uma diminuição na procura turística – fase de **declínio**. Há uma tendência de baixa de preços para compensar a perda de demanda. Isso faz com que sejam atraídos fluxos de menor poder aquisitivo, o que empurra para mais baixo a qualidade do produto.

Inúmeros são os casos de destinações que atingiram esta fase de declínio. Acapulco, no México, é um exemplo desta situação. Na metade do século XX era uma das principais destinações turísticas do mundo. Atualmente nem para o turismo doméstico a localidade tem atratividade. Em alguns casos, antes que a deteriorização se torne irreversível, a destinação pode, através de ações planejadas, passar por um processo de rejuvenescimento. Esse processo de rejuvenescimento se dá através do desenvolvimento de novos produtos e da recuperação dos já existentes.

Tanto visando a esse rejuvenescimento, quanto visando à aceleração da etapa de desenvolvimento, o planejamento se mostra como uma arma fundamental. É possível transferir essa avaliação para estudos de caso como do município de Foz do Iguaçu, Paraná, que atingiu essa última fase de declínio do seu produto e poucas foram as ações empenhadas com a observância ou prognóstico do ciclo de vida de seu produto.

O que torna válido o modelo é uma compreensão de que o ciclo auxilia o desenvolvimento de estratégias sustentáveis de turismo baseadas na comunidade

no estágio de envolvimento. O caso do Município de São Miguel do Iguaçu que se discutirá mais detidamente na análise da pesquisa aplicada, emprega-se bem neste exemplo. Os estudos desenvolvidos mostram que implementar tais abordagens nos estágios posteriores pode não ser apropriado e dar o retorno que se espera, especialmente porque as destinações são dinâmicas, já que se teria passado todos os momentos de que recursos turísticos e infra-estrutura teriam de forma inadequada sofrido o ciclo total indicado pela TALC.

A forma de estrutura conceitual da TALC é melhor utilizada, embora muitos autores a tenham utilizado para guiar as ações do planejamento estratégico, como ferramenta de elaboração de previsões. Mas é válido também indicar os problemas mais comuns com essa abordagem, discutidos por Cooper (2000, p. 151):

- 1- a dificuldade de identificar os estágios e os pontos críticos;
- 2- a dificuldade de obter informações de longo prazo sobre número de visitantes, das quais se possa produzir a curva;
- 3- o perigo dos planejadores responderem a sinais de alerta que podem ser influenciados, de qualquer forma, pela intervenção do gerenciamento;
- 4- o perigo de uma estratégia feita especialmente para cada estágio;
- 5- o nível de agregação é aberto em muitas interpretações. Afinal, haverá um ciclo de vida para um hotel, um *resort* e uma região, bem como, as curvas diferentes para cada segmento de mercado.

No entanto, o TALC, como uma estrutura na qual se possa visualizar o desenvolvimento de destinações, ainda que tardiamente, e como maneira de pensar sobre o relacionamento entre a destinação e a evolução de mercado, este modelo é ideal ao planejamento turístico na função de sinalizar tendências. Não há dúvida de que a evolução do turismo tem estado intimamente ligado a evolução das destinações. Podemos observar que um benefício específico do ciclo de vida da área turística é uma estrutura para o entendimento de como as destinações e seus mercados evoluem.

A forma da curva varia, dependendo de fatores ligados à oferta tais como: investimento e fomento; limites de capacidade de carga; impactos turísticos e respostas de planejamento. Entre os fatores indicados o fomento será discutido com

mais destaque, pela emergência do tema na realidade estudada, assim aplicada ao município de São Miguel do Iguaçu.

1.4.1 Investimento e fomento da gestão do turismo

O investimento e fomento da gestão do turismo é um instrumento para se influir neste ciclo de vida de uma destinação turística e pode se dar de várias formas. Este fator se justifica pelo aspecto de determinante para o grande empuxo ao desenvolvimento turístico no ciclo de vida de uma destinação turística, transformando-a em local de interesse turístico.

O investimento acaba por se dar através de financiamentos com linhas específicas para o turismo, destinados a equipamentos e instalações. No caso do Brasil o EMBRATUR mantém um sistema de incentivos fiscais e Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR. Esse sistema⁸ está em operação desde 1969 (incentivos) e 1976 (fundo). Os valores são expressivos, até o ano de 1999 os incentivos giravam em torno de 606. 267.435 milhões somadas três décadas. Os financiamentos um total de 322.391.866 milhões. O FUNGETUR em sua planilha de contratos e projetos aprovados de 1976 á 1999 representa um montante de 303.708.538 milhões.

Da mesma forma o exemplo cada ao nível local, ou seja, uma localidade pode criar incentivos fiscais e financeiros para atração de investimentos no setor. Redução ou isenção por período determinado de ISS ou de IPTU são instrumentos que os governos municipais podem, fazer uso para este processo de atração de investidores. No âmbito estadual tem sido utilizada a redução de ICMS como fator de estímulo e no Governo Federal existem incentivos fiscais baseados na redução do Imposto de Renda e foi criado o micro crédito para o turismo pela Agência de Fomento do Paraná e Paraná Turismo, com apoio do SEBRAE, voltado aos pequenos empreendedores.

Visando fomentar o desenvolvimento das regiões Nordeste e Amazonas o governo federal criou o FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste e FINAM – Fundo de Investimento da Amazônia. Não são incentivos específicos para o turismo, mais incluem o turismo.

⁸ Sistema de Incentivos Fiscais e Fundo Geral de Turismo, dados extraídos do documento Anuário estatístico 2000.

Os incentivos podem ser financiados, quando são criadas linhas de financiamento com condições favoráveis de prazos e de juros. O BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social possui, por exemplo, linha de financiamento específico para o turismo com prazos de até 10 anos com juros anuais de 3,5 a 6,0%. O fomento à atividade pode-se dar, também, através de investimentos públicos em infra-estrutura básica. Investimentos em vias de acesso, comunicação, saneamento, fornecimento de energia, são fundamentais para estimular os investimentos privados em infra-estrutura receptiva.

Entre tantos outros indicadores que expressam o nível de preparo de uma destinação, tais como acesso, comunicação, segurança, um indicador importante que vêm sendo muito observado na localidade é o nível de qualificação de mão-de-obra local. Dessa maneira a capacitação de recursos humanos também se torna uma interessante argumentação que pode contribuir para atrair novos investidores para uma destinação turística. Essa capacitação da mão-de-obra local pode ser desenvolvida de acordo com as necessidades identificadas, tais como, preparada para trabalhar nos empreendimentos turísticos, ou na formação dos empreendimentos locais. É importante que isso se apresente como um indicador de cada realidade.

Outro indicador interessante que pode ser utilizado pelo OOT em sua argumentação, está no empenho para o desenvolvimento de campanhas de divulgação da destinação turística que se constitui em um elemento de fomento à atividade. A divulgação de determinados serviços não tem eficiência se não for precedida de uma promoção da localidade onde está situado aquele determinado serviço. Um hotel pode, por exemplo, promover suas instalações através de material promocional, de propaganda ou outros meios. Mas o consumidor não irá decidir comprar esse serviço sem antes ser convencido de viajar para a cidade onde se encontra o hotel. Existe, portanto, uma promoção institucional da destinação turística que é muito difícil de ser feita individualmente por cada prestador de serviço. Assim, a promoção institucional feita pelo Poder Público pode ser um estímulo para os investidores privados.

Essas e outras ações podem contribuir para que o desenvolvimento de uma destinação turística se dê de uma forma mais rápida. Da mesma forma que o desenvolvimento pode ser acelerado, também as fases de estagnação e declínio podem acabar sendo abreviadas com esse processo. Assim, o planejamento deve,

além, de estimular o crescimento, ser conduzido de forma controlada, ou seja, de forma sustentada.

CAPÍTULO II

SÃO MIGUEL DO IGUAÇU – A REALIDADE ESTUDADA

O aprofundamento teórico obtido demonstra por um lado, a emergência em se tratar a questão e os instrumentos que são aplicados. Por outro lado, evidencia que a questão não pára por aí, ou seja, nessa tarefa que envolve todo o processo de desenvolvimento turístico é imprescindível que seja analisada também as condições internas existentes, seja na avaliação sobre a oferta e demanda turística, assim como, avaliar a importância que representa na economia a atividade e a compatibilidade de uma estrutura administrativa para assumir a responsabilidade pela condução pública do Turismo.

A princípio, esses aspectos devem ser considerados na investigação sobre uma localidade ou região, exercício que se explora através da realidade de São Miguel do Iguaçu, estudada a partir de uma abordagem econômica, social, histórica e geográfica que possibilite extrair um panorama sobre seu contexto de desenvolvimento. Complementa esse estudo, com maior especificidade ao Turismo, a identificação da oferta turística com seus atrativos, equipamentos e serviços e infra-estrutura e sobre o perfil da demanda. Esses dados pesam na decisão sobre a importância da atividade para a localidade e as distâncias entre o que existe e o que há para ser desenvolvido.

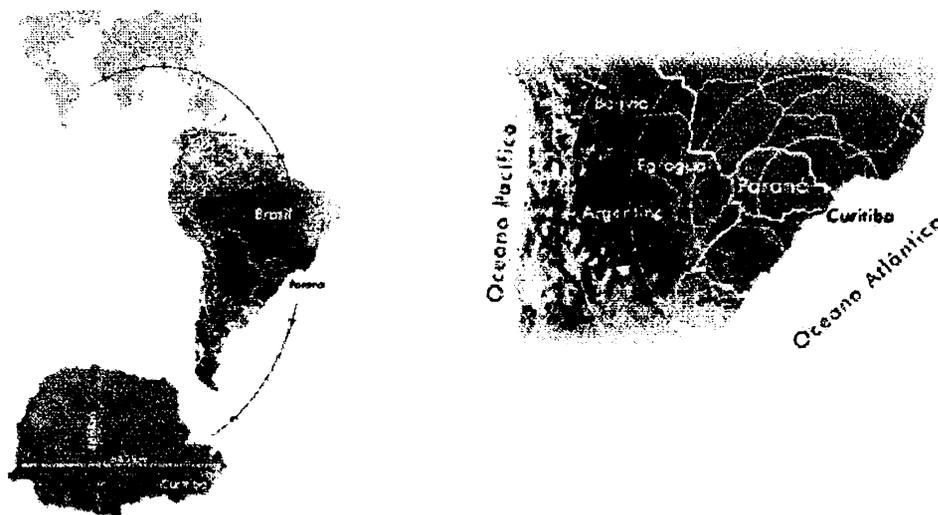
Fecha o estudo, com uma abordagem a respeito da superestrutura disponível, onde se insere integralmente o objeto deste trabalho. Para auxílio são exploradas as dimensões estaduais como referência e comparação do estágio de desenvolvimento da localidade, assim como, são utilizados como informação complementar.

2.1 Abordagem econômica e social

O Município de São Miguel do Iguaçu, localizado no extremo oeste paranaense, está situado à margem direita (brasileira) do Tratado de Itaipu, ato que deu origem as obras de construção da Usina Hidrelétrica, setor motriz de geração de desenvolvimento na região. A partir do contexto territorial formado pelo Lago de

X Taipu, faz fronteira natural e política com o País do MERCOSUL o Paraguai, onde de maneira compartilhada usufrui da mesma oferta natural e limitadores territoriais.

Figura 3 – Contexto territorial do Paraná no BRASIL e MERCOSUL

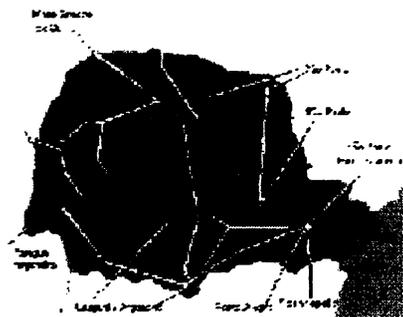


Fonte: Almanaque Paraná /2000

O acesso para o Município se faz pelo modal rodoviário através da BR 277, que permite ao mesmo tempo o uso da rodovia que margeia toda região na função de um Corredor Turístico formado pela Rodovia Costa Oeste. A rodovia BR 277 é sem dúvida um dos principais corredores econômicos do sul do Brasil, por sua capacidade e função de escoador do fluxo de produtos para os países do MERCOSUL, prioritariamente para a Argentina e Paraguai, com a importação e exportação, formadores de nossa conta balanço de pagamentos.

Está distante da capital do Estado, Curitiba em 601 km, do Porto de Paranaguá 692 km e o aeroporto mais próximo da região a 41 km, localizado em Foz do Iguaçu. Essa é a logística que marca a acessibilidade ao Município, é definida tanto pelo acesso às principais rodovias do anel de integração do Estado, como pelos aeroportos existentes e sua proximidade com a Costa Oeste, em questão.

Figura 4 – Logística rodoviária



Fonte: Almanaque Paraná /2000

Figura 5 – Logística aérea



Fonte: Almanaque Paraná /2000

Esse importante eixo, BR 277, também assume a função auxiliar na consolidação do fluxo rodoviário de visitantes com destino as Cataratas do Iguazu, motivados pelo Turismo, bem como, a primeira cidade fronteiriça do Paraguai, Ciudad del Este, importante pólo de compras procurado por consumidores de todo o país.

A população urbana é de 16.486 habitantes e rural de 9.246, com uma volume populacional de 25.732. A taxa anual de crescimento urbana é de 6,65% e o crescimento rural registrou no ano de 2000 uma queda de menos 1,70%. Quanto aos aspectos urbanos, educacionais e de saúde que representam os indicadores de qualidade de vida na localidade, têm como economia existente 3.545 pontos de água e 6.0092 ligações elétricas, atendendo assim satisfatoriamente toda a comunidade.

O sistema de educação é funciona com o atendimento de 3.972 matrículas no ensino fundamental e 528 no ensino médio, do setor público. Para o ensino particular são ofertadas e atendidas 576 matrículas e 234 no ensino médio. A oferta disponível pelo sistema educacional e a população em idade em sala de aula, representa 20%. A partir do ano de 1999 entrou em funcionamento a instituição de ensino superior a UNIGUAÇU com a oferta de cursos de graduação nas áreas de: Turismo e Hotelaria, Administração, Educação Física, Geografia e Ciências da Computação.

A participação econômica da população quanto a riqueza produzida na região é de 24,25% na agropecuária, na indústria com 7,13% e no setor de serviços com 68,62% . O – Produto Interno Bruto do município é de R\$ 158.213.275,00 e o

PIB per capita é de R\$ 6.829,00. Essa riqueza se comparada com o Estado do Paraná se mostra superior, PIB per capita do Estado é de R\$ 49.037.562.275,45 e R\$ 5.445,00 respectivamente para a população do Estado. A População Economicamente Ativa – PEA, é de 10.626 habitantes, ou seja, mais de 45,9% de seus residentes, se comparado com o Estado está pouco abaixo com 48,8%.

O Município tem sua receita representada através da arrecadação dos impostos de ICMS, fundo de exportação e dos *royalties* repassados pela entidade Itaipu Binacional . O Município de São Miguel do Iguazu tem como base de sua economia a agricultura e pecuária, fundamentando-se na produção do setor primário como identidade econômica da comunidade local. Os principais produtos em ordem de importância: soja, milho, aves, suínos e bovinos em geral. A soja, de forma disparada é o principal produto do município, e tem apresentando crescimento significativo em valores monetários, assim como em produtividade, com resultados superiores à média do Paraná e do Brasil. Esse processo é muito importante para os possíveis investimentos nessa cultura, pois possibilita a obtenção de matéria-prima a custos baixos, reduzindo conseqüentemente todos os custos subseqüentes na cadeia produtiva.

Por outro lado, a aplicabilidade da soja é muito extensa, observando-se os empreendimentos desde antes do plantio, até o emprego de comestíveis de farinha e granulados, humano e animal, servindo ainda como proteína, óleo e sendo utilizado como componente para um grande número de outras indústrias. Mais recentemente, importantíssimas pesquisas médicas o colocam como um dos *commodities* com grandes propriedades medicinais.

O milho, é, atualmente, a segunda maior cultura agrícola no município. Sua produção representa cerca de 30% do total de grãos produzidos no mundo, sendo de destacada importância na alimentação humana e animal. Industrialmente, é de enorme importância, sendo que a literatura indica mais de 600 derivados, dos quais, aproximadamente 500 se dedicam à alimentação humana. Trata-se de uma planta com grande capacidade produtiva, de alta resistência orgânica e utilização bastante diversificada sob forma *in natura* e industrializada.

A evolução da avicultura no Brasil, nos últimos 10 anos, permitiu que a atividade se tornasse uma das principais fontes de proteína de alto valor nutritivo, superando, inclusive, os demais tipos de carnes consumidas no país. Ao se

comparar a produção do município com o estado, por exemplo, nota-se que ela é pequena, de apenas 1,31% em relação ao total produzido. A produção de bovinos no município também vem apresentando um ritmo de crescimento significativo, chegando a superar o crescimento do estado e do país nos últimos dois períodos de análise. Além desses produtos, em menor importância de produção são relacionados o leite, mandioca, fumo, madeira, esterco, trigo, melancia, peixes, algodão, banana, arroz, uva entre outros.

Tabela 02 – Distribuição do PIB – Comparativo Município e o Estado

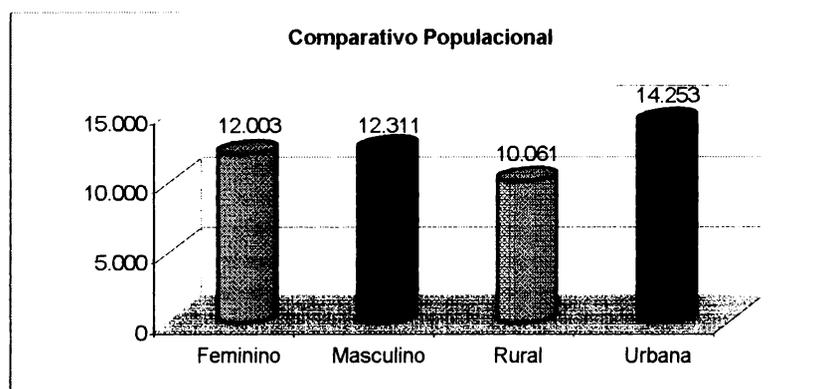
Distribuição do PIB	São Miguel do Iguaçu	Paraná
Agropecuária	24,3%	18,5%
Indústria	7,1%	49,3%
Serviços	68,6%	32,2%

Fonte: CEPPE – Censo econômico – 2000

O Município foi marcado por duas grandes perdas territoriais: com a delimitação do Parque Nacional do Iguaçu e com a formação do Lago de Itaipu, o que representa uma redução em sua área produtiva. Apesar das perdas territoriais, ainda assim, São Miguel do Iguaçu possui uma área de 894 km² utilizados, principalmente, para desenvolver a agricultura e pecuária, sendo que têm-se identificado potenciais nas áreas da agroindústria e alguns produtos dentro do entendimento do turismo rural, enquanto atividade econômica.

A origem da população, em grande parte, aproximadamente 95% dos habitantes é de origem italiana e alemã, proveniente do estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mantendo os usos e costumes e preservando as tradições de seus estados de origem. Chegaram na região motivados pela exploração econômica e subsistência a partir das possibilidades ofertadas pela produção agrícola e pecuária, traços fortes dos imigrantes.

Gráfico 3: Comparativo Populacional: Município e Estado



Fonte: IBGE 2001

2.2. Abordagem histórica e geográfica

A abordagem da história e geográfica do Município de São Miguel do Iguazu é sem dúvida um trabalho que revela o processo legítimo de ocupação territorial e crescimento econômico do Estado do Paraná. São Miguel do Iguazu, no contexto da Costa Oeste do Paraná têm em sua colonização todo o traço histórico dos imigrantes que, com suas monoculturas deram os contornos de sua cultura.

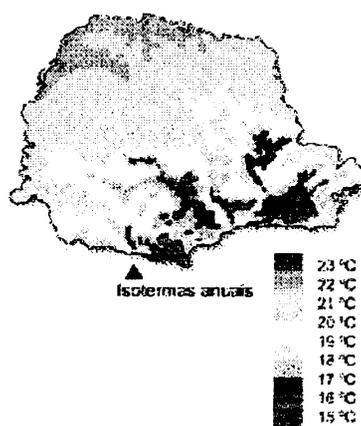
Quanto a história de São Miguel do Iguazu, acompanha a característica dos demais municípios que compõem a Costa Oeste, é pertencente ao terceiro processo de colonização do Estado do Paraná, sendo uma região nova e inserida no contexto do século XX desde o seu surgimento. O processo de colonização da atual São Miguel do Iguazu, têm seu registro na década de 1948. O principal fator que colaborou foi a instalação da Colonizadora Gaúcha Ltda, com a chegada de migrantes gaúchos em busca de novas frentes de colonização, devido a escassez de áreas que se verificava no Estado.

Em virtude desse evento iniciou, paralelamente, ações voltadas à fundação de uma nova cidade no extremo oeste paranaense, levando a medição e demarcação dos terrenos no perímetro urbano, sendo fundado o povoado de Gaúcha. No transcurso foi criado o Distrito Administrativo de Gaúcha (lei n.º 3.550/6/2/1.952), que após decorridos nove anos foi elevado à categoria de município, emancipado através da Lei Estadual n.º 4.338, no dia 25 de janeiro de 1.961. Nesta data a denominação foi alterada para São Miguel do Iguazu, sendo que com a instalação oficial deu-se no dia 28 de novembro de 1961, ano em que foi

desmembrado de Foz do Iguaçu e de Medianeira. A origem do nome é apresentado como uma homenagem ao padroeiro São Miguel Arcanjo, que foi acrescido de “do Iguaçu” na tentativa de diferenciar da homônima cidade potiguar.

A geografia do Município é caracterizado por uma área total é de 894.15 km², com uma altitude de 30.700, latitude 25° 20' 50" Sul e 54° 14' 40" W-GR de longitude. O clima na região se repete pela predominância do Estado do Paraná com o Clima Subtropical Úmido Mesotérmico, com verões quentes com tendência de concentração das chuvas. A temperatura média superior a 22° C e invernos com temperatura média inferior a 18° C, em média se caracterizando também, pelo clima do Estado, sem estação seca definida.

Figura 6 – Distribuição do Clima no Estado do Paraná.



Fonte: Almanaque Paraná /2000.

O relevo, em sua maioria são terras de origem recente - terciária e quaternária. Os principais alicives e declives são: Serra do Mico e Serra do Macuco. O solo possui em sua composição os tipos Latossolo Roxo Distrófico, Terra Roxa Estruturada, Hidromorfos, Litólicos e Cambissolos. A hidrografia é formada por diversas Bacias Hidrográficas, sendo que as duas principais são as: Bacia do Rio Iguaçu que serve como divisor da República Argentina e do Parque Nacional do Iguaçu e a Bacia do Rio Paraná – Forma do Lago de Itaipu. Na região ainda têm-se a Bacia do Rio Ocoy, Bacia do Arroio Pinto, Bacia do Rio Represa, Bacia do Rio Apepu e Bacia do Rio dos Índios. Existem 35 córregos e arroios no município.

Como primeiro passo do programa a identificação dos recursos e os aspectos relacionados a oferta, demanda e superestrutura, serão demonstrados de forma quantitativa e qualitativa, na medida que se encontrou as informações e a orientação científica será feita através de conceitos do SISTUR para Subsistema da oferta, Subsistema da demanda e Conjunto da Organização Estrutural. Essa escolha se deu pela aceitação do método de forma consensual na academia.

2.3.1. Subsistema da Oferta turística

Formam o conjunto da oferta turística os recursos naturais e históricos-culturais características da região que favorece especialmente a prática do ecoturismo, turismo rural, esportes náuticos, festas tradicionais e populares, entre outras vertentes que favoreçam o contato com a natureza e a tradição. Os atrativos são apresentados segundo a orientação do estudioso Mário Beni na discussão do SISTUR – Sistema Turístico, subsistema da oferta, ou seja, atrativos turísticos: naturais, históricos culturais, manifestações e usos tradicionais e populares, realizações técnicas, científicas e contemporâneas, acontecimentos programados.

Atrativos Naturais

O recurso natural, principal atrativo que responde pelo fluxo significativo de visitantes/ano é o Lago de Itaipu, com uma paisagem que teve a intervenção do homem, através da execução da obra Terminal Turístico Vila Ipiranga. O valor qualitativo do atrativo para o uso no Turismo é caracterizado por Hidrografia, que entende para tanto a formação do Lago, Praias Fluviais e Lacustres. O atrativo também é classificado no inventário como áreas de recreação e entretenimento.

Figura 9 –Terminal Turístico Ipiranga.



Fonte: Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguçu/2000.

O Terminal ordenou o uso intensivo com área de lazer com bosques, churrasqueiras, restaurante, banheiros, área gramada para camping, quadras poliesportivas, campo de futebol, calçadão para caminhadas, atracadouro de barcos e toda infra-estrutura necessária para o usuário. O local é de grande beleza, sobressaindo-se piscina natural com aproximadamente 5000 m² com mini-tobogã e pedalinhos e praia artificial com 600 m de areia formada pelo lago de Itaipu. Foi inaugurado em 1984 e tem uma área total de 30,32 ha. É bastante utilizado pela população regional, sendo palco de vários eventos culturais e esportivos, principalmente no verão. Completam a infra-estrutura, hotel com chalés e supermercado, situados nas imediações do terminal.

O Rio Represa, também bastante explorado pelos banhistas oferece equipamentos e serviços para banho, bosque, churrasqueiras, mesas, banheiros, pias, balanços, campo de futebol suíço, trilhas e área para pesca. O equipamento é de propriedade particular, mas aberta ao público que queira usufruir da área.

Atrativos históricos-culturais

Nesse aspecto os atrativos, são considerados aqueles sustentadas por manifestações materiais que se apresentam sob forma de bens imóveis ou móveis. Tratam do registro da colonização e são os **monumentos** com a arquitetura civil (prédio da prefeitura municipal e câmara), os **históricos** nas áreas de testemunhos da história e as **instituições culturais de estudo, pesquisa e lazer**, como a biblioteca pública.

A Aldeia Avá Guarani, localizada em Santa Rosa do Ocoí, com um grupo de 400 índios guarani, 101 famílias, se constituindo na maior população dessa tribo, no sul do país, é outro grande elemento histórico-cultural da região. Nessa aldeia estão disponíveis equipamentos e serviços de escola, posto de saúde, galpão para ferramentas, rede de água, rede de luz somente está disponível na escola e cada família possui uma cabana. Também possuem o Coral Ava-Guarani que se apresenta em diversos locais da região. A forma de sobrevivência dos mesmos é através da lavoura de milho, mandioca, feijão, arroz, da pesca e artesanato típico. A Reserva recebe auxílio da municipalidade. São projetos futuros a construção de uma casa padrão para cada família e a implantação do Ecoturismo, com intuito de aumentar a renda do grupo.

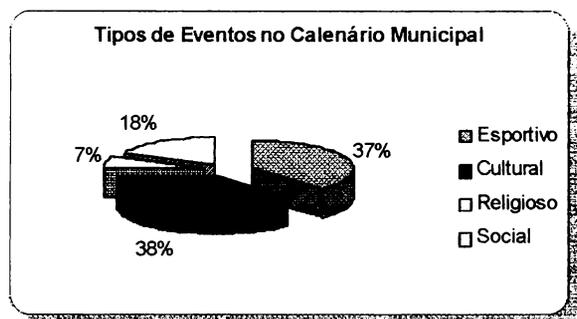
Manifestações e Usos Tradicionais e Populares

Esse grupo de classificação dos recursos constituem o segundo elemento de maior atração para o Município. São todas as práticas tidas como do local ou região que as integram, ou no âmbito nacional. Como pode ser visto no Calendário do Eventos do Município, está em grande parte dividido na classificação: **Festas, comemorações e atividades** abrangendo em 90% suas possibilidades em recursos: são festas religiosas, populares e folclóricas, cívicas, gastronomia típica, artesanato, deixando somente de lado as feiras e mercados, nos moldes do que se verifica em âmbito nacional.

O calendário de eventos do Município, tabela 2, demonstra a importância dessa ocorrência “cultural” para a atração de visitantes como também, para a intensificação dos valores étnicos, como pode ser representado pela tradição gaúcha.

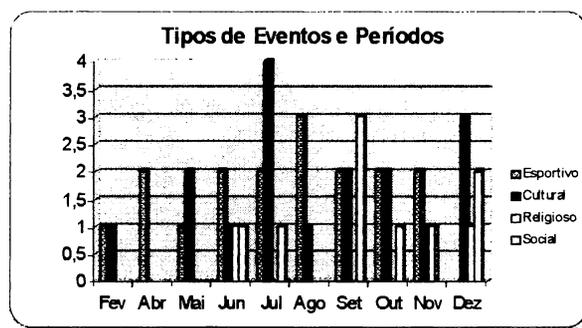
Na sua maioria são eventos que se realizam com temas relacionados a cultura com 38%, ao esporte com 37% . Outros eventos que constam do calendário oficial são 18% de cunho social (beneficentes) e 6% Religioso. Isso caracteriza também uma classificação dentro de **Acontecimentos Programados**.

Gráfico 4 - Tipos de Eventos



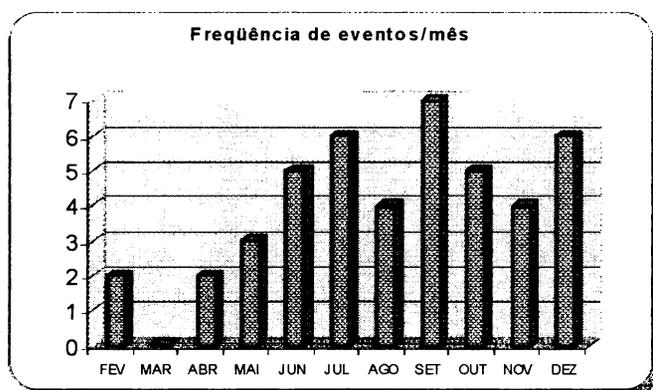
Fonte: Inventário Turístico/2000

Gráfico 5 - Tipos de Eventos/Períodos



Fonte: Inventário Turístico/2000

Gráfico 6 - Freqüência de Eventos



Fonte: Inventário Turístico/2000

Tabela 3 – Calendário de Eventos Municipal /2000

PERÍODO	EVENTO	ÁREA
Fevereiro	Carnaval 2001	C
	Eco Verão	E
Abril	Campeonato Paranaense Futsal Série Ouro	E
	XII Torneio Interfirmas de Futsal	E
Maio	Torneio do Rotary	E
	III Festicasa	C
	Baile Rainha do Comércio	C
Junho	V Cenáculo ‘Pentecostes’	R
	Regional Juventude- Futsal, Vôlei e Handebol	E
	Jogos Abertos do Paraná - Fase Regional	E
	Festa de Santo Antônio	S
	Fandango de Aniversário	C
Julho	Camp. Paranaense de Bolão - liga de Bolão/SCE	E
	Festa de Inverno - Escola Est. Castelo Branco	C
	Festival de Música Estudantil	C
	Baile Country -Escola de Inglês Skill	C
	Jogos da Juventude – Fase Regional	E
	Jantar Dançante – CTG Querência Amada	C
	Baile da Saudade - – Provopar / Clube 3ª Idade	S
Agosto	Jogos da Integração – Fase Municipal	E
	XVI Felimu - – Prefeitura / SCE –	E
	Jogos da Juventude – Fase Final – Pr Esportes	E
	XI Baile da Bruxa – Fornest	C
Setembro	Mini Maratona –Prefeitura / SCE	E
	Baile Pré-Oktoberfest, Clube Recr. Esperança	C
	Jogos Abertos do Paraná–Fase Final Pr Esportes	E
	Chá com Bingo – Assoc Senhoras Rotarianos	S
	V- Jogos para Integração do Idoso	S
	Baile do Chopp - ASCE – Santa Cruz do Ocoi	C
	Festa de São Miguel – Asilo	S
Outubro	Semana da Criança – Assoc Sras de Rotarianos	S
	XI Oktoberfest – Comunidade	C
	Sarau da Prenda Jovem	C
	Jogos da Criança – Prefeitura / SCE	E
	Camp Interfirmas de Bolão – Liga de Bolão	E
Novembro	Jogos Abertos do Município Prefeitura / SCE	E
	Regionalito de Bolão Masc/Fem– Liga de Bolão	E
	Festa da Padroeira - Comunidade	R
	Feanimais	C
Dezembro	Baile do Chopp – Comunidade	C
	Natal para Todos	S
	Dia da Bíblia - Igrejas Evangélicas	R
	Natal do Idoso – Assoc Senhoras de Rotarianos	S
	Baile – CTG Querência Amada	C
	Encer. de Natal – Prefeitura / SCE / Acismi	C

Fonte: Inventário Turístico/ Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguazu – 2000.

A freqüência dos Acontecimentos Programados têm 65% de suas atividades concentradas nos meses de junho, julho, setembro, outubro e dezembro. Os períodos de maio, agosto e novembro são responsáveis por 25% da ocupação do calendário. Os meses de fevereiro, março e abril são aqueles com menor incidência de acontecimentos programados.

Figura 10 – Festas populares- tradição gaúcha



Fonte: Prefeitura Municipal de São Miguel do Iguaçu/2000.

Equipamentos e serviços turísticos

Os equipamentos e serviços turísticos, também reconhecidos por autores como oferta técnica, estão representados por meios de hospedagens (equipamento hoteleiro e extra-hoteleiro), serviços de alimentação (restaurantes), recreação e entretenimento, e outros serviços turísticos (agências de turismo, postos de informações turísticas) e complexos turísticos. São Miguel do Iguaçu se enquadra satisfatoriamente nesse quesito, considerando seu estágio de desenvolvimento e demanda.

Estabelecimentos de Hospedagem (hoteleiros e extra-hoteleiros)

A oferta instalada de hospedagem no Município se configura por dez estabelecimentos comerciais que exploram a atividade. Estes estabelecimentos na sua maioria são equipamentos extra-hoteleiros que variam entre hotel, dormitório, pousada, chalés e área para camping. Os hoteleiros são representados por três hotéis com um 180 leitos e 77 unidades habitacionais. Os equipamentos extra-

hoteleiros representam a maioria da oferta com sete empreendimentos que somam 201 leitos e 52 unidades habitacionais. Essa estrutura conta ainda com um albergue com capacidade para 100 pessoas e no Terminal Turístico está disponível uma área de camping de 40 mil m², para usufruto da população local e turistas.

Todos os estabelecimentos, em geral, possuem serviços de alimentação, ar condicionado, piscina, quadra poliesportiva, sala de jogos, churrasqueira, playground, e passeios de pônei e barco. Em construção está o empreendimento hotel Fazenda Águas de Santa Lúcia, com uma área totalmente arborizada com mais de 1.000 pés frutíferos de todas as espécies para o ano todo. Isso elevará o nível da oferta existente onde estarão disponíveis vila de chalés em estilo colonial, restaurante (gastronomia típica), quadras de areia e grama para prática de futebol e voleibol, área para trilhas (7,5 Km), cavalgadas, quadra de tênis, açudes de pesca, aviário, mini gados, pomar, lagoas, horta comunitária, bosque, cachoeira artificial e cabanas rústicas.

Serviços de Alimentação

Os serviços de alimentação, disponíveis na cidade, representam 20 estabelecimentos que variam de restaurantes, churrasceria, confeitaria, lanchonete e bar , com uma capacidade instalada para o atendimento de 1.270 pessoas. Essa avaliação é feita com base no número de praça disponível, representada pela oferta de mesas e cadeiras, tal qual no hotel é medido por unidades habitacionais e leitos.

Recreação e entretenimento

A oferta de equipamentos de recreação e entretenimento está constituída por um conjunto de pesque-pague, mini-fazenda e sítio. Ao todo são dois pesque-pague, 01 mini-fazenda, 01 recanto parque e 01 sítio. Todos têm oferta de hospedagem, alimentação e entretenimento voltados à natureza, com aproveitamento náutico e das áreas naturais.

Parque de Exposições Benevenuto Verona: equipamento e serviços disponíveis com 02 mangueiras com capacidade para 1.000 animais, 02 pavilhões com capacidade para 160 animais, 01 pavilhão para pequenos animais. Oferta ainda

concentram em complementares de alimentação e recreação e gastos eventuais com compras.

O único estudo de demanda existente é o realizado pela Paraná Turismo em conjunto pela Prefeitura Municipal nos Terminais Turísticos da Costa Oeste. Na ausência de uma pesquisa específica sobre o perfil do visitante no Terminal Turístico Ipiranga, será utilizado como parâmetro o perfil médio obtido pela pesquisa⁹ 1999/2000, realizada nos demais terminais da Costa Oeste, que retrata bem o comportamento dos visitantes visto que a oferta diferencial¹⁰ é praticamente nula.

Portanto, o perfil do público visitante no período de 1999/2000, como referência, pode ser extraído do comportamento dos visitantes nos terminais turísticos da Costa Oeste, sendo estes com as seguintes características:

- ✓ **Procedência:** 63,1% de outras localidades do Estado do Paraná, 13% do exterior em função da proximidade com a fronteira e 11,2% da cidade de Foz do Iguaçu;
- ✓ **Sexo:** 71,1% masculino e 28,9% feminino;
- ✓ **Permanência:** 46,2% passou mais de um dia no local e 53,8% foram visitantes itinerantes;
- ✓ **Tempo médio:** o visitante passou em média 6,3 horas durante o dia e quando pernitoou ficou em média 3,5 dias;
- ✓ **Idade:** a média de idade é de 34,7 anos entre os visitantes desse período;
- ✓ **Renda média per capita:** a renda bruta mensal é de U\$ 684,00;
- ✓ **Gasto médio diário (U\$):** o gasto diário per capital total de U\$ 6,2 e com hospedagem em média de U\$ 1,2;
- ✓ **Meio de Transporte:** o acesso aos terminais Turísticos da Costa Oeste é realizado em 83,4% com automóvel passeio;
- ✓ **Meio de Hospedagem:** quando em pernoite no Terminal Turístico os visitantes optam por se pelo tipo de hospedagem em camping;
- ✓ **Freqüência da visita:** em 62,4% dos entrevistados visitavam o local duas vez por ano , 11,4% uma vez ao ano e 26,2% pela primeira vez;

⁹ Pesquisa da Demanda Turística na Costa Oeste – Paraná Turismo/2000.

¹⁰ oferta diferencial, discutida por Beni em Análise Estrutural do Turismo, trata de técnicas de apoio para aplicar características comuns de avaliação de variáveis diferenciais dos recursos naturais turísticos.

- ✓ **Modo de viajar:** considerando o deslocamento realizado no contexto regional da Costa Oeste e a procedência do visitante 64,9% dos que estiveram nos terminais o fizeram em companhia da família e 25,5% em grupo de amigos ou excursão;
- ✓ **Avaliação:** com índice de bom estão classificados as melhores participações em 90,6% para segurança; 87,5% para limpeza; 80,1% sobre a área de hospedagem. Abaixo da média ficaram os itens de serviços de alimentação com 65,3%, atrativos turísticos com 58,5%, variedade de atividades com 51,2% e o transporte coletivo com o pior resultado do conjunto com 25,2%. Ainda na média estão infra-estrutura geral com 72,1% coordenação e organização das atividades com 71,4%.

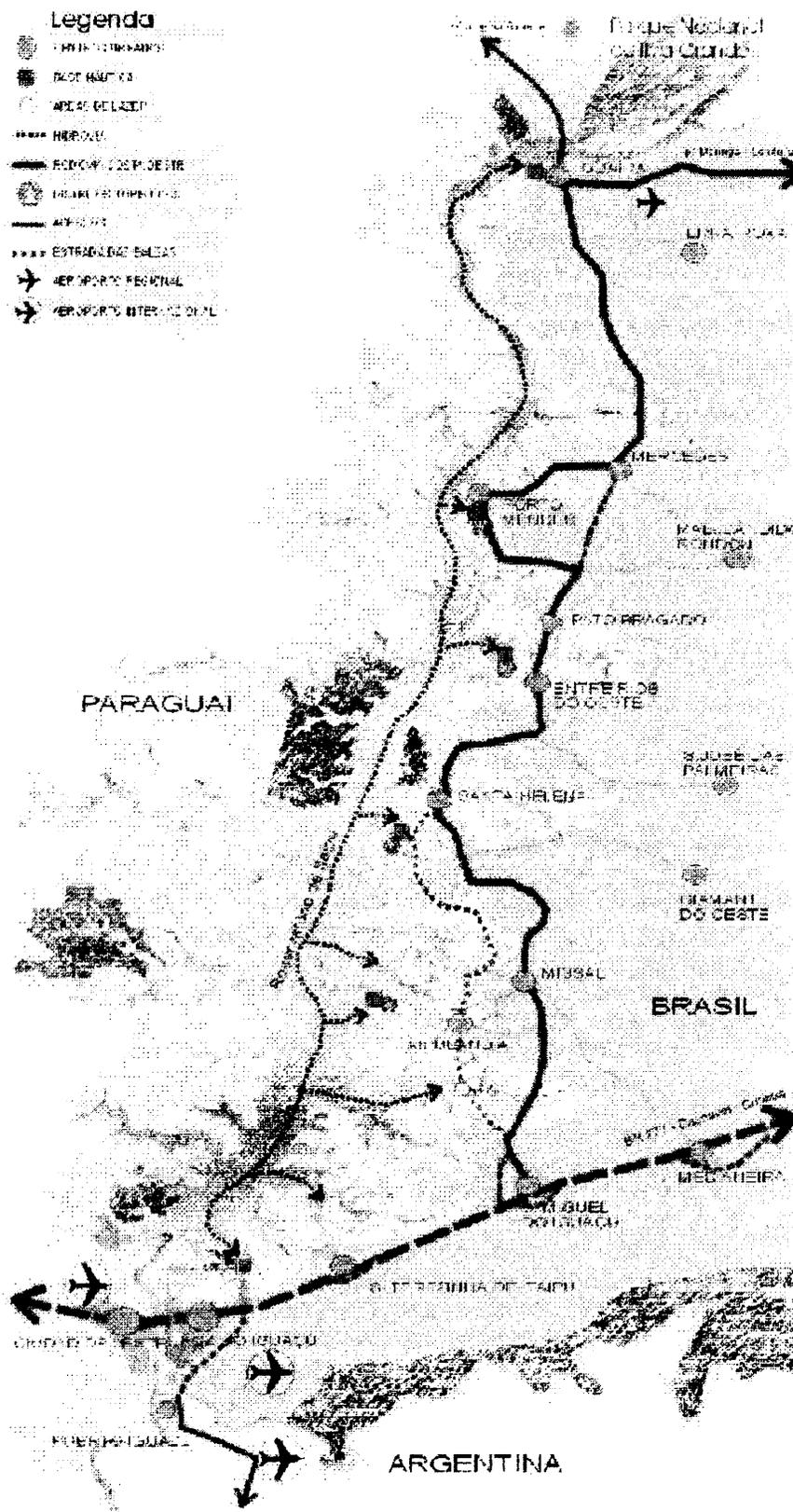
Considerações sobre os aspectos Qualitativos – demanda turística

A análise qualitativa dessa demanda nos leva as considerações de que ainda é um público com hábitos de finais de semana. São na sua maioria vindos de outras regiões do Estado, mas muito próximos da região Costa Oeste, sendo que mais de 70% são homens, o que leva a interpretações de participações em campeonatos de futebol e atividades esportivas.

A permanência confirma a característica da região como centro de excursão, e que por tal, deixam pouco para a localidade de sua renda. Na maioria são visitantes que levam suas próprias estruturas de estadia, tais como, barracas, alimentos e outros, para passar em média um dia e no máximo três pernoites, com um gasto insignificante pelos investimentos feitos na região, representando menos que R\$ 12 reais por pessoa/dia. Isso também pesa com relação ao meio de hospedagem que na sua maioria é realizado no camping, por viajarem na sua maioria em família.

Se observado a renda per capita dos visitantes, em torno de U\$ 684 isso representa por um lado uma falta de aproveitamento da capacidade de gasto que deveria ser melhor orientada na localidade. O meio de acesso na sua maioria é feito de automóvel particular o que torna extremamente importante a atenção nas vias de acesso, tanto de estrutura existente quanto de sinalização ofertada. Os visitantes podem ser considerados como um público fiel ao local por retornaram ao mesmo

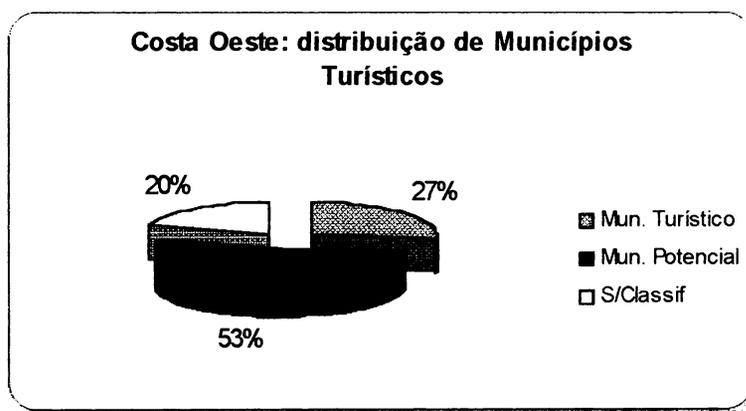
Figura 11 – Ilustração Costa Oeste e São Miguel do Iguçu



Na sua concepção o Projeto Costa Oeste objetiva o desenvolvimento do potencial ofertado a partir da formação do Reservatório da Itaipu Binacional, habitando toda região propícia às atividades voltadas ao ecoturismo, esportes náuticos, entre outros segmentos com aproveitamento em áreas naturais e rurais.

Na primeira fase do projeto foram implantados quatro Distritos Turísticos localizados em Itaipulândia, Santa Helena, Entre Rios do Oeste e Porto Mendes. Esses sítios receberam como fomento às atividades a construção das Bases Náuticas onde estão formadas as praias artificiais, importantes equipamentos de apoio para o aproveitamento turístico sugerido para o segmento regional, considerado também a proximidade dos Países da Argentina e Paraguai. Os Municípios turísticos, na Costa Oeste, estão distribuídos conforme gráfico a seguir.

Gráfico 7 - Distribuição de Municípios Turísticos na Costa Oeste



Fonte: EMBRATUR/ DN 417/00

Os critérios adotados pelo EMBRATUR, através do RINTUR – Roteiro de Informações Turísticas para o ano base de 1999, considerando as categorias diferenciadas baseadas considerando um conjunto de fatores e variáveis abrangentes de características físico-geográficas, histórico-culturais e econômicos. Sendo elas:

(...) Municípios Turísticos (MT): São aqueles consolidados, determinantes de um turismo efetivo, capaz de gerar deslocamentos e estadas de fluxo permanente; Municípios com Potencial Turístico (MPT): São aqueles possuidores de recursos naturais e culturais expressivos, encontrando no turismo diretrizes para o desenvolvimento sócio-econômico do município; (Deliberação Normativa, 2000/Embratur)

- ✓ **Parque da Barragem** : um rio artificial que conectará a parte superior do Lago de Itaipu com o curso do Rio para águas abaixo, que coincide com o traçado do Rio Bela Vista, onde se encontra um Refúgio Biológico. Esse sistema aquático criado para permitir a piracema, do Rio Paraná em cursos ascendentes, hoje impedida pela barreira formada pela usina propiciará atividades esportivas e aquáticas.
- ✓ **Via Contorno**: execução de uma perimetral que interligará de forma auxiliar a Rodovia Costa Oeste e facilitará o acesso de destinos turísticos ao longo do reservatório de Itaipu, reduzindo o tempo de viagem com o aproveitamento do leito de uma estrada rural existente, sem a necessidade de passar no centro das cidades.
- ✓ **Travessia de Barco**: implantação de uma linha de barcos entre o porto de Santa Helena e a Base Náutica de Santa Helena, com a construção de um atracadouro e equipamentos de apoio à Base Náutica, reduzindo o tempo de deslocamento, fortalecendo a integração da região, além do estímulo à chegada de embarcações de maior porte. Nessa mesma estrutura afim de intensificar o aproveitamento local se prevê a instalação de uma Aldeia Turística que terá a função de articular a Base Náutica de Santa Helena com o Distrito Turístico concentrando espaços e equipamentos de lazer, comércio e cultura, constituindo-se em mais atrativo para a região.
- ✓ **Refúgio Biológico**: localizado na região de Santa Helena, se propõe a implantação de um centro de recepção e de educação ambiental, trilhas de interpretação nessa unidade de conservação, de acordo com o Plano de Manejo da Unidade, de baixo impacto como o Portal de Entrada, a Universidade das Águas – centro de recepção de visitantes e estrutura receptiva.
- ✓ **Aeroporto Municipal de Guaira**: melhoria no aeroporto existente para a intensificação de vôos regionais.
- ✓ **Revitalização do Centro Histórico de Guaira**: revitalização do centro histórico do município com patrimônio arquitetônico e cultural com a interligação através da Base Náutica e o Centro Náutico, que se constituiria com a implantação do Parque Beira Rio com a interação de toda a área ribeirinha ao Rio Paraná.

Terminal Turístico – Parque Nacional de Ilha Grande: construção no Parque, seguindo seu Plano de Manejo e nas áreas públicas das prefeituras municipais, em Porto Figueira distrito de Vila Alta e Porto Camargo distrito de Icaraíma,

- ✓ estrutura de apoio receptiva concentrando em venda de passeios, informações turísticas, administração, atracadouro, espaço para eventos, alojamento, laboratório, biblioteca, entre outros recursos. O Parque com 78.875 hectares representa, além de sua importância ecológica, o portal de entrada para o Pantanal do Mato Grosso do Sul, permitindo a integração de roteiros intra-regionais, pela sua divisa com os Estados, com um Corredor de Biodiversidade que liga o Pantanal ao Chaco.

São Miguel do Iguaçu no contexto da Costa Oeste, ou seja, a partir do modelo empregado no projeto regional da Costa Oeste se revela como um importante Município Turístico na rede formada, com a função de Estadia e Excursão. Os níveis de importância dessas funções permitem que São Miguel do Iguaçu se destaque como pólo de formação de mão-de-obra qualificada para toda extensão regional, em nível técnico e científico. Ainda vale citar que as “âncoras” do projeto Costa Oeste são os Municípios de Foz do Iguaçu e Guaíra, extremos, que possuem o Parque Nacional do Iguaçu e na outra ponta (Guaíra) o Parque Nacional de Ilha Grande, ambos servidos de ponte que ligam as localidades com as fronteiras do Paraguai e do Estado do Mato Grosso do Sul.

O Município de São Miguel do Iguaçu vêm se despontando entre as funções de estadia e excursão, como forte ponto de distribuição nessa rede que se observa dentro da visão regional. Oferece de forma mais cooperada suporte na variedade de um calendário turístico com gastronomia típica e eventos que captam grandes acontecimentos agroindustriais para a região. Isso leva a pensar de maneira mais dirigida e pontual, tanto em nível local como em nível regional, para a gestão de turismo no município.

CAPÍTULO III

GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO ESTADO DO PARANÁ: ANÁLISE DA PESQUISA REALIZADA

Durante o período em que foi aplicado o questionário, este dirigido aos Órgãos Oficiais de Turismo, com o objetivo de identificar o perfil dos OOT's no Paraná, a figura jurídica empregada, o nível de integração, relacionamento e estrutura de funcionamento, mostrando a importância do OOT no desenvolvimento turístico municipal e identificando o melhor modelo a ser sugerido como proposta para este trabalho. Devido às características semelhantes dos OOT, independente do seu local de ação, e o elevado número existente nos diversos municípios, aproximadamente 140, demasiadamente grande e conseqüentemente, custoso e demorado para um estudo deste tipo, procurou-se analisar este universo em uma amostra aleatória simples. Este tipo de amostra permite que se faça inferências para o todo com uma margem de erro que pode ser especificada com um nível de confiança determinado. Então foram escolhidos numa amostra aleatória simples de 20 locais. Como referencial, de OOT, se valeu do comportamento do Estado com relação ao tema e as impressões do conjunto organizado no eixo comum de políticas e planejamento.

Para tanto, foi aplicado um questionário dirigido aos gestores de turismo dentro de critérios das cidades que melhor se apresentavam na estrutura operacional, considerando a ação do Estado e da capacidade de recursos humanos. Os resultados obtidos revelaram características particulares criando uma interessante base de dados com informações extremamente ricas para reflexões sobre o tema estudado.

Foram identificados também nos Municípios estruturas operacionais em nível de departamento e serviço, e órgão da administração indireta como a Fundação Cultural. O que se pode apresentar sobre esse universo pesquisado está dividido em: perfil dos OOT, funcionamento, atuação dos conselhos municipais e o relacionamento da comunidade na utilização dos OOT's.

3.1. Perfil do OOT - Órgãos Oficiais de Turismo

O perfil está relacionado a denominação adotada pelos Órgãos Oficiais de Turismo, que revela estruturas enxutas onde são desempenhadas mais de uma atividade não havendo, no geral, uma priorização com o tema da atividade turística.

Pergunta 1: Figura jurídica dos OOT's

As variações sobre a denominação dos OOT's não traz efetivamente nenhuma novidade, mas o que se pode notar é que estão em sua totalidade reunidos em outra área de atuação, como por exemplo, esporte, cultura, indústria e comércio, meio ambiente, como pode ser observado na relação especificada a seguir:

- ✓ Secretaria Municipal de Turismo;
- ✓ Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo;
- ✓ Secretaria do Meio Ambiente, Desenvolvimento Florestal e Turismo;
- ✓ Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico;
- ✓ Secretaria Municipal da Indústria Comércio e Turismo;
- ✓ Secretaria Municipal da Indústria Comércio, Turismo e Agricultura;
- ✓ Secretaria Municipal de Esporte e Turismo;
- ✓ Serviço Municipal de Turismo;
- ✓ Fundação de Cultura e Turismo;
- ✓ Departamento de Turismo e Eventos.

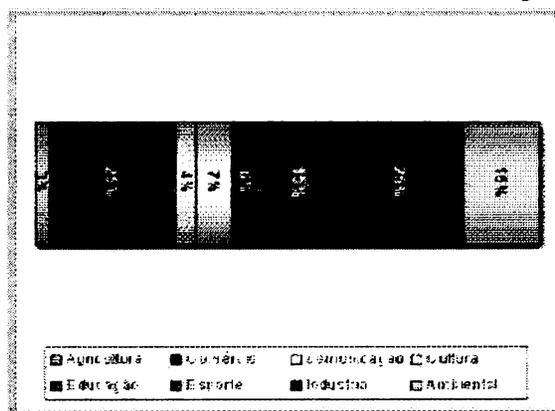
3.2. Funcionamento dos OOT's - Órgãos Oficiais de Turismo

O funcionamento dos OOT's - Órgãos Oficiais de Turismo, demonstram o vínculo da Secretaria com outras áreas, uma avaliação dos gestores quanto a importância desse vínculo e o grau de interferência ou desempenho, além da identificação das atividades desenvolvidas.

Pergunta 2: Vínculos na estrutura de Gestão Pública

Dentro do mesmo contexto – políticas e planejamento se procurou identificar se o órgão pesquisado teria algum vínculo direto ou indireto a outro órgão dentro da estrutura de gestão do município para aferir o grau de dependência e ação interdisciplinar, bem como, experiências sucedidas. No universo pesquisado os vínculos mais diretos estão relacionados em 25% com as áreas de indústria e comércio, ou seja, 50% dos entrevistados. Os demais ficaram distribuídos em 15% com a área de meio ambiente e esporte, que somados representam 30% do total, também com grande expressão. O restante cabe em 7% com a cultura, 6% com educação, 4% com a comunicação e 3% com a agricultura. Conforme pode ser analisado as áreas e vínculos de maior ação interdisciplinar estão na indústria, comércio, meio ambiente e esporte. São complementares e demonstram a importância da atividade enquanto setor produtivo e responsável nos aspectos ambientais e do lazer.

Gráfico 8- Vínculos com outros Órgãos

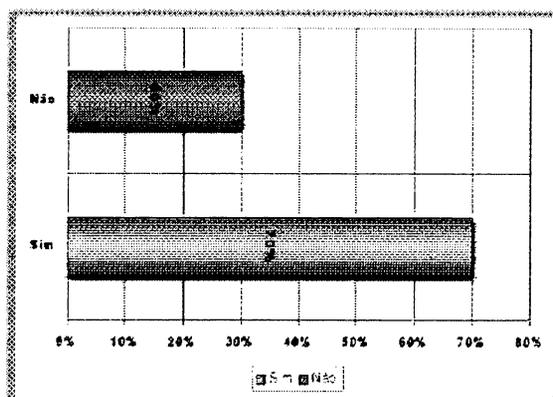


Fonte: Pesquisa Órgãos Oficiais de Turismo/Paraná – 2000.

Pergunta 3: Importância do vínculo ao OOT

Quando questionados a respeito da experiência ser bem sucedida ou não, a grande maioria julgou que as ações são positivas, portanto, favoráveis a essa integração com uma participação de 70%. Sem justificativas concretas, 30% são de opinião contrária a ação compartilhada.

Gráfico 9 – Distribuição da opinião sobre a atuação com vínculos



Fonte: Pesquisa Órgãos Oficiais de Turismo/Paraná - 2000

Pergunta 4 : Qual a função do OOT que você atua? Quais as atividades que esse órgão desenvolve?

A respeito das atividades principais que se detém os responsáveis pela gestão de turismo municipal há uma percepção muito forte a respeito da ordenação da atividade no âmbito do município com a dotação de infra-estrutura básica, divulgação, ações empreendedoras com a iniciativa privada, a realização de estudos e pesquisas do potencial, e por fim a obtenção de seu objetivo maior que é a geração de emprego e renda. São preocupações dentro de uma linha centralizadora da ação do Estado, onde cria estrutura de ação e coordena o processo. Neste item se percebe uma preocupação em dotar o Município de todas as bases com um espírito socialista na política empregada. São assim definidas as atividades:

Função e atividades desenvolvidas: as atividades e funções desenvolvidas em sua grande maioria, teoricamente desenvolveriam todas as políticas de turismo que orientam para tais questões, mas a impressão que se têm é um distanciamento da teoria e prática.

- ✓ Ordenar e orientar as atividades turísticas do município;
- ✓ Acompanhar e resolver questões ligadas à infra-estrutura do turismo tornando-o auto-sustentável;
- ✓ Fomentar o turismo junto aos empreendedores da iniciativa privada;
- ✓ Divulgar o município;

- ✓ Promover o desenvolvimento da atividade turística no município favorecendo a geração de trabalho e renda;
- ✓ Promoção e divulgação de estudos e pesquisas caracterizando o potencial instalado e latente nos respectivos setores.

3.3. Atuação dos Conselhos Municipais de Turismo

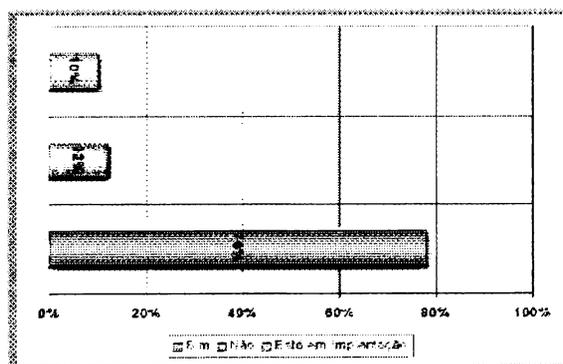
Esse item foi importante na medida que buscou identificar a presença de conselhos bem como, o nível de atuação e aproximação com os OOT's, para avaliar sua adequação junto as proposições comentadas a respeito do tripé na gestão do turismo (órgão, conselho e fundo)

Pergunta 5: Existe Conselho Municipal de Turismo?

Ainda dentro do quesito de gestão de turismo municipal, políticas e planejamento, foram entrevistados a respeito do órgão consultivo do Executivo Municipal, o Conselho Municipal de Turismo, sobre sua existência e funcionamento. Do conjunto, 78% têm o Comtur em funcionamento, 12% possuem, mas não está ativado.

Somente 10% declararam que não possuem de forma estruturada, mas se apresentam em implementação. Se somados com os 78% em ação, terá em breve se formado um cenário interessante com aproximadamente 88% dos Municípios entrevistados com a ação do Comtur, o que revela um importante indicador sobre a atividade.

Gráfico 10 – Funções do Conselho Municipal de Turismo

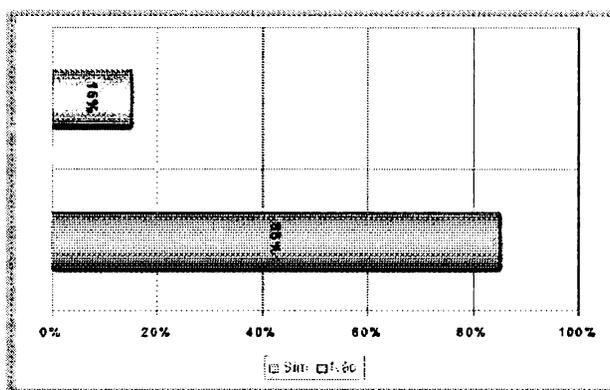


Fonte: Pesquisa Órgãos Oficiais de Turismo/Paraná - 2000

Pergunta 6: Além de suas funções o Órgão Oficial de Turismo participa nas ações do Conselho Municipal de Turismo?

Com relação a essa representação, tanto no OOT como no Comtur, a grande maioria participa o que representa 85% o que confirma, além da importância atribuída a atividade, uma condução muito coordenada das ações de forma participativa e atenta em ouvir os anseios de outros segmentos.

Gráfico 11 – Ações conjuntas OOT e COMTUR



Fonte: Pesquisa Órgãos Oficiais de Turismo/Paraná - 2000

O que pode, de outro lado, também implicar numa reserva de interesses entre o que se determina na gestão e o que se leva para discussão e homologação nos conselhos podendo de alguma maneira influenciar negativamente nas imagens de como são conduzidas as ações do conselho.

Atividades relacionadas ao Conselho Municipal de Turismo

Quanto ao papel e atribuições que competem aos Conselhos Municipais de Turismo o resumo é sintetizado por ações de auxílio no desenvolvimento turístico, elo de ligação entre poder público e comunidade, como de consulta produz e repassa informações. Dados que chamaram a atenção foram os aspectos relacionados ao valor de poder na decisão orçamentária, ao voto e ao *status* que o mesmo representa.

Pergunta 7: Em caso afirmativo da questão anterior, qual é o papel do Órgão Oficial de Turismo nas ações do Conselho Municipal de Turismo?

- ✓ Auxilia no desenvolvimento de ações turísticas;
- ✓ Fornece informações e subsídios;
- ✓ É o órgão máximo que viabiliza todas as prioridades definidas pelo conselho dentro das particularidades concernentes do orçamento do município;
- ✓ Tem participação ativa nas decisões do conselho;
- ✓ Serve de elo entre o poder público e o conselho.

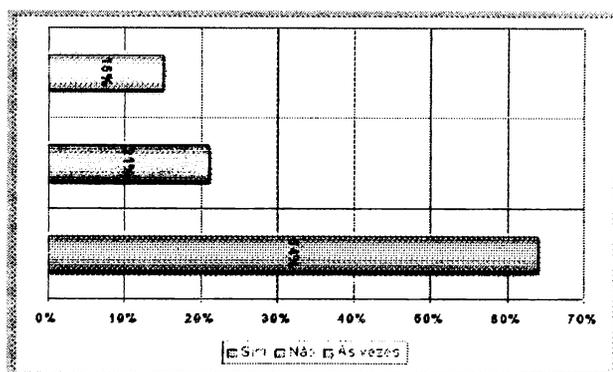
3.4. Comunidade e a utilização dos Órgãos Oficiais de Turismo – OOT's

Essa caracterização de como a comunidade identifica o papel do OOT's, que valor atribui e circunstância em que procura o organismo. Outro ponto importante foi avaliar internamente a opinião dos gestores quanto sua impressão sobre a capacidade existente para conduzir o setor.

Pergunta 8: A comunidade empreendedora, o poder público, as entidades de classes e demais órgãos, procuram esse Órgão Oficial de Turismo?

Outro dado interessante está na atribuição que é dada pela comunidade e sua dependência com relação a toda estrutura disponível no atendimento, tanto da população, quanto de visitantes. Com 64% de participação estão indicados uma frequência de interesse demonstrado pela comunidade e no seu atendimento, que somado aos 15% que buscam as vezes são em torno de 80% de credibilidade imputada na solução de problemas. Os restantes, em torno de 20% pouco fazem uso de toda estrutura administrativa, pública, colocada a sua disposição.

Gráfico 12 – Procura por auxílio nas entidades de Turismo

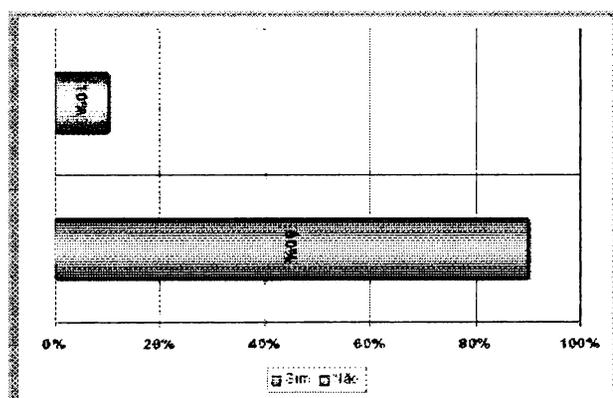


Fonte: Pesquisa Órgãos Oficiais de Turismo/Paraná - 2000

Pergunta 9: Esse Órgão Oficial de Turismo têm condições técnicas para assegurar as necessidades das empresas e comunidade?

Quanto as exigências técnicas e capacidades desenvolvidas para executar as funções indicadas como prioritárias aos Órgãos Oficiais de Turismo, independente de ser uma estrutura específica ou de forma compartilhada, 90% assegurou que detém as condições necessárias e somente 10% se acham pouco habilitados para as funções que desempenham.

Gráfico13 - Condições Técnicas para executar suas funções



Fonte: Pesquisa Órgãos Oficiais de Turismo/Paraná - 2000

CAPÍTULO IV

PROPOSIÇÕES

Após análise da pesquisa realizada e também do ambiente externo e interno onde está inserido o Município de São Miguel do Iguazu, foi possível organizar um conceito a respeito dos caminhos a serem seguidos na localidade. Colaboraram com essa análise final, ainda alguns pontos importantes tais como, a atenção do Governo do Estado do Paraná para o desenvolvimento turístico da região, apontado o turismo como uma atividade econômica capaz gerar benefícios sociais-econômicos na localidade.

Este trabalho, portanto, segue como diretriz tais orientações, na indicação da necessidade de algumas intervenções no âmbito do turismo municipal. Toda a justificativa está apoiada no entendimento de que gestão da atividade turística deve ocorrer dentro de um processo integrado, valorizado e sustentável. Para tanto, são necessários instrumentos, entre eles, o planejamento, execução e controle, prioritariamente realizado por um órgão público municipal.

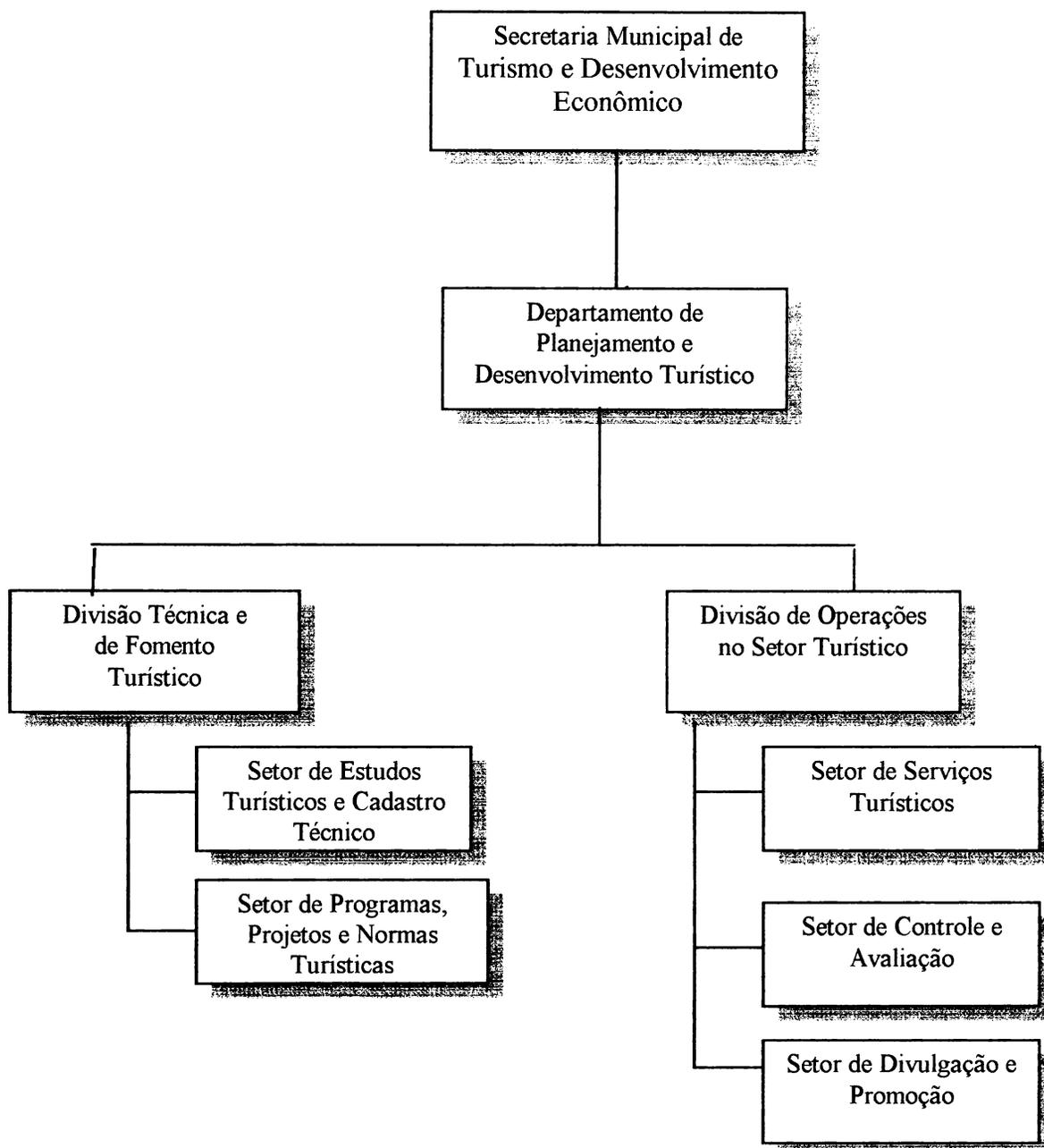
Nesta concepção o planejamento e as ações efetivas ligadas a Gestão do Turismo Municipal, estarão dentro do modelo participativo dividido entre as autoridades municipais e iniciativa privada, ouvida a comunidade local a respeito das prioridades a serem encaminhadas. Esse órgão máximo do turismo municipal, definirá uma política turística para a localidade com o objetivo de obter as transformações necessárias.

4.1 Estrutura de Gestão Pública

Considerando os resultados da pesquisa e das hipóteses levantadas quanto sua abordagem municipal e regional, ainda sem o adequado tratamento, foi identificada em vários pontos no desenvolvimento deste trabalho, a prioridade de uma proposta ao município na estruturação de uma Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico, incluindo as atividades de indústria e comércio (estrutura atual), com atribuições de gerenciamento das atividades estratégicas do setor no município.

A sugestão é que esta estrutura siga modelo sugerido na figura 12, com a estruturação da gestão pública do turismo municipal através do tripé comentado (p. 34) surgindo como a alternativa mais adequada. Para efeito deste foi especificado somente as atribuições de competência ao departamento de turismo, de forma sintética e analítica.

Figura 12 - Organograma Funcional – OOT /São Miguel do Iguçu



4.1.1. Detalhamento do Organograma Funcional

A implantação da estrutura administrativa dentro desse modelo sugerido, corresponde com as áreas afins de um OOT em âmbito municipal, compatibilizando as ações necessárias para o desenvolvimento do turismo observados as referências teóricas que se uniu, assim como, compatível com a dimensão do que se pretende em matéria de turismo para a localidade.

Essa estrutura é formada por um gabinete com a função estratégica na gestão do turismo, apoiado por duas áreas, respectivamente: Planejamento e Desenvolvimento Turístico e, Desenvolvimento Comercial e Industrial. Para efeito deste estudo, será apresentado de forma sintética e analítica as atribuições da área de Planejamento e Desenvolvimento Turístico, permanecendo a segunda área sem apresentação, pois, esta já está em operação.

4.1.1.1. DIVISÃO TÉCNICA E DE FOMENTO TURÍSTICO

Sintética: Planejamento, coordenação e implantação dos instrumentos da Política Municipal de Turismo com vistas ao fomento e desenvolvimento da atividade, através dos estudos, pesquisas e estatísticas sistematizados sobre o setor, que permitam conhecer a situação do mercado propondo formas de intervenção através de programas e projetos, com vistas a consolidação do Município como destino turístico, em consonância com as diretrizes da Política Estadual e Nacional de Turismo.

SETOR DE ESTUDOS TURÍSTICOS E CADASTRO TÉCNICO

Sintética: Desenvolver Estudos e Pesquisas na área de Turismo com o objetivo de constituir um amplo Sistema de Informações Turísticas sobre São Miguel do Iguazu que conduza ao conhecimento da situação do mercado turístico, propondo formas de intervenção do Poder Público nessa realidade com o objetivo de expandir a atividade turística.

Analítica:

- ✓ elaborar e atualizar periodicamente o Cadastro Técnico que compreende o Sistema de Informações Turísticas e do Inventário Turístico para os Postos de Informações Turísticas, e a disseminação nos demais sistemas de informações dos OOT e iniciativa privada;
- ✓ elaborar Publicações Técnicas com indicadores de acompanhamento de mercado;
- ✓ desenvolver estudos sobre a demanda turística internacional e emissiva do Município para subsídio aos OOT em nível estadual, nacional e internacional e público em geral;
- ✓ obter e organizar estudos sobre os fluxos de visitantes nos principais portões de entrada do Município e nos atrativos turísticos;
- ✓ realização o levantamento de dados dos prestadores de serviços turísticos, a categorização e hierarquização dos serviços,
- ✓ desenvolver estudos visando definir áreas prioritárias para a intervenção do Poder Público no sentido de promover o Turismo
- ✓ programar a execução de pesquisas para o desenvolvimento de estudos e projetos de Estudos Turísticos;
- ✓ manter um sistema de estatísticas, criando indicadores para o estudo do turismo que permitam conhecer a situação do mercado propondo formas de intervenção;
- ✓ acompanhar a evolução da oferta do turismo e demanda , visando a formação de séries históricas, demonstrando estatisticamente o desenvolvimento de cada setor;
- ✓ elaborar sistema de acompanhamento de eventos visando identificar: origem, receptividade, necessidades de melhorias e investimentos, e impactos econômicos para o setor
- ✓ definir, classificar e estudar o fluxo turístico, acompanhar sua evolução, caracterizando-o em função de dados econômicos, sociais, culturais e geográficos.

SETOR DE PROGRAMAS DE PROJETOS E NORMAS TURÍSTICAS

Sintética: Planejamento, organização e coordenação do Plano de Desenvolvimento Integrado para o Turismo de São Miguel do Iguaçu, contribuindo com assistência técnica na operacionalização de Programas e Projetos que promovam o fomento da atividade turística e no estabelecimento de normas turística reguladoras de mercado e de proteção ao meio - ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

Analítica: coordenar o planejamento operacional do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo de São Miguel do Iguaçu;

- ✓ elaborar programas de geração de oportunidades e negócios, e de desenvolvimento
- ✓ assessorar estudos de viabilidade de projetos de empreendimentos turísticos;
- ✓ elaborar programas e projetos com o objetivo de auxiliar o turismo para os segmentos menos estruturados;
- ✓ elaborar material informativo – guias, folhetos e mapas, a respeito da oferta e potencialidades existentes para auxílio aos operadores de mercado;
- ✓ definir e desenvolver um programa de incentivos ao Turismo, bem como outras formas de estímulos à expansão quantitativa e qualitativa do turismo no Município;
- ✓ determinar as necessidades de cooperação técnica, científica e financeira para o desenvolvimento de programas e projetos com vistas ao fomento do Turismo;
- ✓ elaborar convênios para parceria institucional na implantação de Programas e Projetos;
- ✓ auxiliar a implantação os programas de capacitação recursos humanos do setor turístico, por especialidade e nível de ocupação, detectando as reais necessidades de mercado;
- ✓ estabelecer normas técnicas e indicadores de conformidade para a certificação de estabelecimentos com a chancela do OOT
- ✓ manter atualizado e disseminar as normas e regulamentos aplicados ao setor de turismo emanadas do IBAMA, IAP, e demais entidades relacionadas ao Meio Ambiente;

- ✓ manter em funcionamento o sistema de registro de reclamações, sobre o funcionamento, preços e qualidade dos serviços oferecidos.

4.1.1.2. DIVISÃO DE OPERAÇÕES NO SETOR TURÍSTICO

Sintética: Coordenar a execução dos serviços e programas de jurisdição do OOT e realizar uma permanente articulação entre os diversos setores públicos e privados para a promoção interna e externa da imagem do destino, através de ações de divulgação e promoção institucional.

SETOR DE SERVIÇOS TURÍSTICOS

Sintética: Prestação de serviços de atendimento a informações turísticas ao visitante e população em geral, contribuindo para a imagem institucional positiva do destino e a venda potencial de nossos produtos.

Analítica:

- ✓ manter serviço permanente de atendimento ao público, prestando informação sobre os atrativos, equipamentos e infra – estrutura turística através de Postos de Informações, ou na modalidade de Centros de Apoio e Central Telefônica ;
- ✓ administrar complexos turísticos públicos em parceria com o Governo do Estado ou por ele delegado, a exemplo do Bases Náuticas;
- ✓ atender as sugestões, reclamações provenientes do público em geral e encaminhar ao COMTUR – Conselho Municipal de Turismo;
- ✓ manter atualizado um diversificado acervo de títulos e periódicos do setor para atendimento de estudantes de 1º e 2º graus, estudantes universitários, empresários, jornalistas e da população local.

SETOR DE CONTROLE E AVALIAÇÃO

Sintética: Coordenar o sistema de controle de qualidade dos estabelecimentos prestadores de serviços como acompanhamento dos prestadores de serviços e a

vigilância do cumprimento dos requisitos que se convertam respeito na qualidade que devem alcançar os serviços pertencentes a cada categoria.

Analítica:

- ✓ coordenar o sistema de certificação de qualidade das empresas prestadoras de serviços turísticos;
- ✓ avaliar através de vistorias técnicas os estabelecimentos em conformidade com os critérios e normas técnicas estabelecidos através de Programas de Qualidade Recomendada; entre outros indicados em nível estadual e nacional.

SETOR DE DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO

Sintética: Comunicação com o público interno e externo, divulgação e promoção do Município de São Miguel do Iguaçu, em nível nacional, regional e internacional.

Analítica:

- ✓ estudar e propor as diretrizes da política de promoção e divulgação turística institucional
- ✓ captação e organização de eventos de comercialização para promover os produtos turísticos e apoiar as campanhas similares a cargo da iniciativa privada, a fim de estimular a demanda de mercados emissores;
- ✓ promover, realizar, apoiar e participar de eventos de natureza turística,
- ✓ organizar e editar Calendário de Eventos do Município;
- ✓ organizar e editar um portfólio da estrutura e potencialidade para a realização de Eventos no Município;
- ✓ produção de matérias especiais para revistas e jornais;
- ✓ divulgação e promoção institucional;
- ✓ realizar análise de mercados e definir a imagem turística do Município em relação a demanda;
- ✓ elaborar material informativo para o turista e consumidor potencial;
- ✓ empreender com outros Municípios a promoção conjunta.

As atribuições desse órgão oficial de turismo além de planejar e implementar as medidas e ações a serem tomadas para tal fim, se justifica pela necessidade de integração da comunidade, com o objetivo de desenvolver o turismo. Este aspecto é extremamente relevante visto como o ponto crucial para o sucesso ou insucesso das ações de turismo na localidade. Hoje se observa que a comunidade não está totalmente conscientizada sobre a importância de tal atividade.

Outros pontos relevantes que seriam supridos seria o incentivo direto em identificação e promoção de cursos capacitação profissional direcionado entre outros a esta área específica de turismo e atendimento a visitantes. Este órgão oficial, integrado à estrutura funcional da prefeitura, tem como objetivo específico estruturar administrativamente o turismo, estabelecer ações em prol do desenvolvimento turístico do município em parceria com outras Secretarias e Órgãos Municipais. Isto se verificaria na medida em que se estabelecesse sua figura jurídica com recursos humanos especializados capazes de conduzir o planejamento e gerenciamento do turismo.

4.2. Instrumentos Municipais de Apoio a Gestão Pública do Turismo

4.2.1. Estruturação do COMTUR – Conselho Municipal de Turismo

Para fortalecer a ação da gestão pública, sugere-se a estruturação do Conselho Municipal de Turismo como órgão de apoio, de caráter consultivo e/ou deliberativo instituído por lei municipal, com mandato mínimo de dois anos nos níveis de presidente e secretário.

Sua composição seria por indicação de entidades públicas e privadas, ligadas à atividade turística sendo:

Representação: associações comercial e industrial, indústria hoteleira, agências de turismo e transportadoras, restaurantes, clubes de serviços, entidades patronais e de trabalhadores, comunidade acadêmica, áreas de meio ambiente e da cultura etc).

Funções: intermediar interesses do produtor e consumidor; buscar o envolvimento da comunidade no desenvolvimento turístico; contribuir para elaborar, aprovar e

implantar o Plano Municipal de Turismo; promover campanhas promocionais cooperativas, promover a captação de novos investimentos para o setor turístico local, promover campanhas de conscientização da comunidade para o turismo, promover campanhas de defesa do patrimônio turístico local, participar de outras ações desenvolvidas em prol do Turismo, envolver a comunidade em comissões comunitárias de turismo ou grupos temáticos (folclore, meio ambiente, teatro) e administrar os Fundos Municipais de Turismo

4.2.2. Estruturação do Fundetur – Fundo Municipal de Turismo

Na outra base que daria apoio à gestão pública do turismo, sugere-se, o funcionamento do Fundo Municipal de Turismo, com finalidade exclusiva para o desenvolvimento da atividade turística. Estes fundos criados por leis municipais estão voltados a captação de receitas para promover a atividade turística. O aporte de recursos provenientes de transferência de parte da receita orçamentária do município, doações de terceiros de qualquer natureza, taxas diversas (de turismo, alvarás) e outros recursos.

O fundo deve ser administrado pelo Conselho Municipal e/ou instituições financeiras, mas atentos a aplicação exclusiva priorizada de acordo com a orientação da gestão pública municipal de turismo, através do Plano de Desenvolvimento Turístico.

4.2.3. Outras entidades

Para um efetivo desenvolvimento da gestão do turismo municipal é importante a organização da sociedade, através de associações profissionais de estudo, comerciais etc, como por exemplo, associação de meios de hospedagem, dos proprietários de atrativos , entre outros.

CONCLUSÃO

A elaboração de uma proposta orientada para um modelo de organismo para gestão pública de turismo municipal, representa tanto o nível de intervenções necessárias no Município de São Miguel do Iguaçu, quanto a importância do desenvolvimento turístico municipal e regional. Vários pontos importantes podem ser extraídos, tais como, os aspectos negativos relacionados com a falta de condições físicas e funcionais, mesmo estando na segunda etapa do PNMT, enquanto Município Turístico, ainda não consolidado.

Outro aspecto está na sua abordagem regional, no contexto do desenvolvimento da Costa Oeste e seu estágio incipiente. Observado a base conceitual oferecido pela TALC deve ser lembrado que este é o momento ideal para se iniciar todos os estudos sobre a evolução da área turística e, para tanto, deve ser executada por uma estrutura técnica, dentro do sugerido.

A presença de um Conselho Municipal de Turismo e do Fundo Municipal de Turismo, como órgãos de apoio e consulta, ao órgão gestor municipal representa a reunião de interesses do setor público, privado e sociedade civil representada, de forma participativa, dentro das orientações de uma Política Nacional de Turismo.

O modelo proposto terá condições de orientar para o efetivo desenvolvimento do Município de São Miguel do Iguaçu, dentro do contexto de Município Turístico. Outro ponto relevante é que essa estrutura em funcionamento, no médio e longo prazos, irá permitir encontrar alternativas que consolidem o turismo na localidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACERENZA, Miguel. **Administracion del turismo: planificación y dirección**. México: Trilhas, 1985.
- ANDRADE, José V. **Turismo: Fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1992.
- BARRETO, Margarita. **Planejamento e organização em turismo**. São Paulo: Papirus, 1991.
- BENI, Mário C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 1998.
- _____, Mário Carlos. **Qualidade do produto e dos serviços**. In: Turismo em análise, São Paulo, ECA/USP, 2 (2), nov. /1991.
- _____, Mário Carlos. **Sistema de turismo, construção de um modelo teórico referencial para aplicação na pesquisa em turismo**. São Paulo, 1988.
- BEZERRA, Deise. M. F. **A importância da organização turística municipal**. Boletim Comemorativo 10 anos – ABBTUR / PR. Curitiba: Posigraf, 1991.
- _____, Deise M. F. **Apostila da disciplina planejamento e organização do turismo**. Curso de Especialização Latu Senso em Planejamento e Gestão do Turismo. UFPR, 2000.
- BISSOLI, Maria Angela M. A. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informações turísticas**. São Paulo: Editora Futura, 2000.
- BOLLÓN, Roberto C. **Los Municipios Turisticos**. México: Editora Trillas, 1995.
- BUTLER, R. W. **The Concept of Tourist Area Life Cycle Of Evolution Implication**. For Management of Resources. Canadian geographer, 1980.
- COOPER, Chris. **Turismo, princípios e práticas**. 2. Ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.
- DE LA TORRE, O. **El turismo, fenómeno social**, México, Fondo de Cultura Económica, 1992.
- DENCKER, Ada F.M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.
- EMBRATUR, **Anuário estatístico – 2000**.
- IGNARRA, Luiz R. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- _____, Luiz R. **Planejamento Turístico Municipal**. São Paulo: Pioneira, 1998.
- _____, Luiz R. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: CTI, 1999.

JARA, Carlos J. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local**. Desafio de um processo em construção. Brasília, IICA: Recife: Seplan, 1998.

_____, Carlos J. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local**. Desafios de um processo em construção. Brasília, IICA: Recife. Seplan, 1998.

MILLÁN, José Antonio Iglesias. **La gestión de recursos humanos aplicada al sector turístico**. 1.ed. Barcelona: Bosch, 1992.

OLIVEIRA, Antônio P. **Planejamento e Organização**. São Paulo: 2000.

OMT. Desenvolvimento do Turismo Sustentável. **Manual para organizadores locais**: Brasília, Embratur, 1998.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 17. ed., reest., atual. E ampl. São Paulo: Atlas, 1997.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável. A Proteção do Meio Ambiente**. São Paulo: Editora Papirus, 1999.

TRIGO, Luiz G.G. **Turismo e Qualidade. Tendência Contemporânea**. São Paulo: Editora Papirus, 1999.

APÊNDICE

Formulário de Pesquisa

Formulário de Pesquisa UFPR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Como aluna do Curso de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Turismo da Universidade Federal do Paraná, estou realizando uma pesquisa, com a orientação da professora Deise Maria Fernandes Bezerra, sobre Órgãos Oficiais de Turismo, com o objetivo de descobrir o papel e a importância desse Órgão para o desenvolvimento do Turismo Municipal. Com este objetivo, solicito sua colaboração, respondendo as seguintes questões:

1) Nome do Órgão _____

2) Vinculado a Secretaria Municipal de _____

3) A vinculação desse órgão à Secretaria Municipal é o ideal?

() Sim () Não

Justifique

4) Qual é a função do Órgão Oficial de Turismo que você atua? Quais as atividades que esse órgão desenvolve?

R:

5) Existe o Conselho Municipal de Turismo em seu Município?

() Sim () Não () Está em implantação

6) Além de suas funções o Órgão Oficial de Turismo participa nas ações do Conselho Municipal de Turismo?

() Sim () Não

7) Em caso afirmativo da questão anterior, qual é o papel do Órgão Oficial de Turismo nas ações do Conselho Municipal de Turismo?

R:

8) A comunidade empreendedora, o poder público, as entidades de classe e demais órgãos, procuram esse Órgão Oficial de Turismo?

() Sim () Não () Às vezes

9) Esse Órgão Oficial de Turismo têm condições técnicas para assegurar às necessidades das empresas e comunidades?

R:

ANEXOS

Rintur – Roteiro de Informações Turísticas

MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO
INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO
DELIBERAÇÃO NORMATIVA Nº 417 de 13 de dezembro de 2000

A Diretoria da EMBRATUR - INSTITUTO BRASILEIRO de TURISMO, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

Considerando o disposto nos Incisos IV, VII e VIII do Artigo 3º da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991 e no Decreto nº 448, de 14 de fevereiro de 1992;

Considerando que a atualização anual da relação de municípios, foi estabelecida no Parágrafo Único da Deliberação Normativa da EMBRATUR nº 363 de 27 de junho de 1996, e que foram analisados todos os Roteiros de Informações Turísticas – Ano Base 1999, recebidos nesta Autarquia;

Considerando que as administrações municipais que encaminharam os formulários “RINTUR 1999”, na forma e prazos estabelecidos, participaram do processo de seleção e priorização;

Considerando que os critérios utilizados para a análise dos formulários RINTUR - Roteiro de Informações Turísticas – Ano Base 1999, resultam de uma metodologia, tendo como finalidade, formalizar um campo de observação e instrumentação aos fatores pré-determinados pela “Pesquisa-1999”, que correspondeu a indicadores de importância da atividade turística.

Em torno dessa premissa apresentada, foram definidas Categorias diferenciadas por uma escala de valores evolutivos. Diante da multiplicidade que a atividade turística se desenvolve, as Categorias instituídas nesta Deliberação Normativa são baseadas considerando um conjunto de fatores e variáveis abrangentes de características físico-geográficas, histórico-culturais e econômicos. São elas:

- Municípios Turísticos (MT): São aqueles consolidados, determinantes de um turismo efetivo, capaz de gerar deslocamentos e estadas de fluxo permanente;
- Municípios com Potencial Turístico (MPT): São aqueles possuidores de recursos naturais e culturais expressivos, encontrando no turismo diretrizes para o desenvolvimento sócio-econômico do município;

RESOLVE:

Artigo 1º - Editar relação atualizada, na qual ficam identificados como municípios prioritários para o desenvolvimento do turismo no país, os relacionados a seguir:

ACRE

MT: Assis Brasil, Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Sena Madureira, Xapurí.

MPT: Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia, Mâncio Lima, Plácido de Castro, Porto Acre, Senador Guimard.

ALAGOAS

MT: Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Coruripe, Delmiro Gouveia, Japaratinga, Maceió, Maragogi, Marechal Deodoro, Murici, Palmeira dos Índios, Pão de

Açúcar, Passo de Camaragibe, Penedo, Piranhas, São Luiz do Quitunde, São Miguel dos Campos, São Miguel dos Milagres, União dos Palmares.

MPT: Água Branca, Arapiraca, Belo Monte, Boca da Mata, Cajueiro, Chã Preta, Feliz Deserto, Jaramataia, Olho D'água do Casado, Pilar, Porto Calvo, Roteiro, Santa Luzia do Norte.

AMAPÁ

MT: Amapá, Calçoene, Macapá, Mazagão, Oiapoque, Porto Grande, Santana, Serra do Navio.

MPT: Cutias, Ferreira Gomes, Pracuúba, Tartarugalzinho.

AMAZONAS

MT: Barcelos, Benjamin Constant, Coari, Manacapuru, Manaus, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo.

MPT: Autazes, Barreirinha, Nhamundá, Rio Preto da Eva, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga.

BAHIA

MT: Alcobaça, Barreiras, Cachoeira, Camaçari, Camamu, Caravelas, Conde, Correntina, Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaparica, Ituberá, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Lençóis, Maragogipe, Maraú, Mata de São João, Nazaré, Palmeiras, Paulo Afonso, Porto Seguro, Prado, Salvador, Santa Cruz Cabralia, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Francisco do Conde, Una, Valença, Vera Cruz, Vitória da Conquista.

MPT: Andaraí, Bonito, Cairú, Campo Formoso, Canudos, Dias D'Alva, Jaguaripe, Jandaíra, Jussiapé, Livramento de Nossa Senhora, Madre de Deus, Miguel Calmon, Mucugê, Orolândia, Piritiba, Rio de Contas, Rio do Pires, Santa Luzia, São Desidério, Sobradinho, Taperoá, Teixeira de Freitas, Ubaira, Wagner.

CEARÁ

MT: Aquiraz, Aracati, Araripe, Barbalha, Baturité, Beberibe, Camocim, Cascavel, Caucaia, Crateús, Crato, Fortaleza, Fortim, Guaramiranga, Icapuí, Iguatu, Itapipoca, Jijoca de Jericoacoara, Juazeiro do Norte, Maranguape, Orós, Pacatuba, Pacoti, Paracuru, Paraipaba, Quixadá, Quixeramobim, Redenção, São Benedito, São Gonçalo do Amarante, Sobral, Tianguá, Trairi, Ubajara, Viçosa do Ceará.

MPT: Acaraú, Amontada, Aratuba, Assaré, Barreira, Barroquinha, Campo Sales, Canindé, Carnaubal, Chaval, Cruz, Euzébio, Granja, Guaiúba, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Iporanga, Itapagé, Itarema, Jaguaripe, Jardim, Massapê, Missão Velha, Morada Nova, Nova Olinda, Pacajus, Palmácia, Pentecoste, Pereiro, Pindoretama, Poranga, Russas, Santana do Cariri, Tejuçuoca, Uruburetama, Várzea Alegre.

DISTRITO FEDERAL

MT: Distrito Federal.

ESPIRITO SANTO

MT: Alegre, Anchieta, Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Conceição da Barra, Domingos Martins, Ecoporanga, Fundão, Guaçuí, Guarapari, Linhares, Piúma, Marataízes, Santa Leopoldina, Santa Teresa, Serra, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante, Vila Velha, Vitória.

MPT: Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Conceição do Castelo, Divino de São Lourenço, Dorés do Rio Preto, Ibatiba, Ibirapu, Irupi, João Neiva, Mimoso do Sul, Santa Maria de Jetibá, São José do Calçado, São Roque do Canãa, Viana.

GOIÁS

MT: Alto Paraíso de Goiás, Anápolis, Caldas Novas, Catalão, Cavalcante, Chapadão do Céu, Corumbá de Goiás, Goiânia, Goiás, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Mineiros, Piracanjuba, Pirenópolis, Porangatu, São Luís de Montes Belos, São Miguel do Araguaia, Terezópolis de Goiás, Três Ranchos, Trindade.

MPT: Anhanguera, Anicuns, Aparecida de Goiânia, Aporé, Aruanã, Aurilândia, Barro Alto, Britânia, Buriti de Goiás, Caiapônia, Ceres, Colinas do Sul, Corumbaíba, Cristalina, Goianésia, Hidrolândia, Itajá, Jandaia, Monte Alegre de Goiás, Montes Claros de Goiás, Morrinhos, Nerópolis, Niquelândia, Padre Bernardo, Paraúna, Piranhas, Planaltina, Quirinópolis, Rio Quente, Rio Verde, Sylvania, Uruaçu, Valparaíso, Vila Propício.

MARANHÃO

MT: Alcântara, Balsas, Barra do Corda, Barreirinhas, Carolina, Cururupu, Morros, São José de Ribamar, São Luis, Viana.

MPT: Apicum-Açu, Araiões, Cedral, Codó, Humberto de Campos, Imperatriz, Nova Iorque, Paço do Lumiar, Paulino Neves, Porto Rico do Maranhão, Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão, Serrano, Tutóia.

MATO GROSSO

MT: Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Jaciara, Poconé, Rondonópolis, Tangará da Serra, Várzea Grande.

MPT: Água Boa, Alto Araguaia, Alto Taquari, Araguaiana, Aripuanã, Barra do Bugres, Brasnorte, Campo Novo dos Parecis, Campo Verde, Cocalinho, Colíder, Comodoro, Diamantino, Dom Aquino, Feliz Natal, Guarantã do Norte, Itiquira, Juara, Juína, Juscimeira, Juruema, Luciara, Marcelândia, Mirassol do Oeste, Nobres, Nova Olímpia, Nova Xavantina, Paranaíta, Pontal do Araguaia, Primavera do Leste, Reserva do Cabaçal, Rosário Oeste, Salto do Céu, Santo Antônio do Leverger, São Félix do Araguaia, Sapezal, Sinop, Sorriso, Tesouro, Vila Rica.

MATO GROSSO DO SUL

MT: Aparecida do Taboado, Bonito, Campo Grande, Corumbá, Costa Rica, Coxim, Dourados, Jardim, Ponta Porã, Porto Murtinho, São Gabriel do Oeste, Três Lagoas.

MPT: Alcinoópolis, Anastácio, Anaurilândia, Aquidauana, Bela Vista, Bodoquena, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Ivinhema, Maracajú, Nioaque, Paranaíba, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso, Rochedo, Sidrolândia.

MINAS GERAIS

MT: Alfenas, Araguari, Araxá, Barão de Cocais, Barbacena, Belo Horizonte, Boa Esperança, Caeté, Caldas, Camanducaia, Cambuquira, Carangola, Cataguases, Caxambu, Conceição do Mato Dentro, Conceição do Rio Verde, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Delfim Moreira, Diamantina, Divinópolis, Espera Feliz, Formiga, Governador Valadares, Ipatinga, Itabirito, Itajubá, Itanhadu, Itaúna, Jaboticatubas, Jacutinga, Janaúba, Januária, Juiz de Fora, Lagoa Santa, Lambari, Lavras, Leopoldina, Mariana, Monte Sião, Montes Claros, Muriaé, Muzambinho, Nova Lima, Nova Ponte, Oliveira, Ouro Preto, Passa Quatro, Patos de Minas, Pirapora, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Sabará, Sacramento, Santana do Riacho, Santos Dumont, São João Del Rei, São Lourenço, São Thomé das Letras, Serro, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Tiradentes, Três Corações, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, Viçosa.

MPT: Aguanil, Aiuruoca, Alagoa, Alterosa, Alto Caparaó, Andradas, Andrelândia, Araporã, Arcos, Aricanduva, Arinos, Augusto de Lima, Baependi, Betim, Bom Despacho, Bom Jesus do Amparo, Buritizeiro, Campina Verde, Capitólio, Cachoeira Dourada, Campanha, Campo do Meio, Caparaó, Careçu, Carmo de Minas, Carmo do Rio Claro, Carmópolis de Minas, Carrancas, Carvalhópolis, Cássia, Catas Altas, Chapada Gaúcha, Cláudio, Confins, Conquista, Contagem, Coqueiral, Coração de Jesus, Cordisburgo, Coronel Xavier Chaves, Cristiano Otoni, Cristina, Curvelo, Delfinópolis, Entre Rios de Minas, Felixlândia, Fervedouro, Fronteira, Gonçalves, Gouveia, Grão Mogol, Guapé, Guaranésia, Guaxupé, Heliadora, Itabira, Itacarambi, Itaguara, Itamonte, Itamarandiba, Iturama, Itutinga, Ituiutaba, Jacuí, João Monlevade, Juatuba, Lima Duarte, Machado, Manhuaçu, Maria da Fé, Marliéria, Marmelópolis, Matozinhos, Morada Nova de Minas, Nanuque, Nazareno, Nova Era, Ouro Branco, Ouro Fino, Paracatu, Paraisópolis, Passa

Vinte, Passos, Patrocínio, Pedralva, Piumhi, Ponte Nova, Pouso Alto, Prados, Raposos, Resende Costa, Rio Acima, Rio Preto, Ritópolis, Santa Barbara, Santa Cruz do Escalvado, Santa Luzia, Santa Rita de Ibitipoca, Santa Rita do Sapucaí, Santo Antônio do Itambé, São Gonçalo do Rio Abaixo, São João Batista do Glória, São João Nepomuceno, São Pedro da União, São Roque de Minas, São Sebastião do Paraíso, São Sebastião do Rio Verde, São Tomás de Aquino, Senador José Bento, Timóteo, Três Marias, Três Pontas, Urucuia, Vargem Bonita, Varginha, Vazante, Várzea da Palma.

PARÁ

MT: Abaetetuba, Barcarena, Belém, Bragança, Breves, Cachoeira do Arari, Cametá, Conceição do Araguaia, Marabá, Maracanã, Marapanim, Moju, Muaná, Oriximiná, Porto de Moz, Salinópolis, Salvaterra, Santana do Araguaia, Santarém, São Félix do Xingu, São Geraldo do Araguaia, Soure, Tucuruí, Vigia.

MPT: Acará, Afuá, Altamira, Augusto Corrêa, Belterra, Castanhal, Colares, Curalinho, Curuçá, Eldorado dos Carajás, Floresta do Araguaia, Inhangapi, Itupiranga, Jacareacanga, Monte Alegre, Nova Ipixuna, Palestina do Pará, Paragominas, Paraupébas, Peixe-Boi, Piçarra, Ponta de Pedras, Portel, Redenção, Santa Maria das Barreiras, Santarém Novo, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São João de Pirabas, São João do Araguaia, São Miguel do Guamá, São Sebastião da Boa Vista, Senador José Porfílio, Tomé Açu, Tracuateua, Viseu.

PARAÍBA

MT: Baía da Traição, Bananeiras, Bayeux, Cabedelo, Campina Grande, Conde, João Pessoa, Lucena, Patos, Pitimbu, Pombal, Prata, Rio Tinto, Santa Luzia, Santa Rita, Sousa.

MPT: Cabaceiras, Cajazeiras, Ingá, Marcação, Mataraca, Pedras de Fogo, São Mamede.

PARANÁ

MT: Barracão, Campo Mourão, Cascavel, Castro, Cianorte, Curitiba, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Guaratuba, Irati, Lapa, Londrina, Mallet, Maringá, Morretes, Palmas, Paranaguá, Ponta Grossa, Prudentópolis, Santa Helena, São Jorge D'Oeste, São José dos Pinhais, São Miguel do Iguaçu, Toledo, União da Vitória.

MPT: Almirante Tamandaré, Altamira do Paraná, Alto Piquiri, Altônia, Alvorada do Sul, Antonina, Antônio Olinto, Apucarana, Araucária, Balsa Nova, Bandeirantes, Bituruna, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Cândói, Capitão Leônidas Marques, Carlópolis, Céu Azul, Chopinzinho, Colombo, Corbélia, Cornélio Procópio, Coronel Vivida, Clevelândia, Cruz Machado, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Entre Rios do Oeste, Faxinal, Fernandes Pinheiro, Florestópolis, Francisco Beltrão, General Carneiro, Guaíra, Guaraqueçaba, Ibaiti, Iporã, Iretama, Ivaí, Jacarezinho, Jaguariaíva, Lindoeste, Lobato, Luiziana, Mamborê, Mandaguari, Manguieirinha, Matinhos, Missal, Nova Prata do Iguaçu, Palmeira, Pato Bragado, Piraí do Sul, Pontal do Paraná, Porecatu, Porto Rico, Porto Vitória, Primeiro de Maio, Quatro Barras, Reserva do Iguaçu, Ribeirão Claro, Rio Azul, Rio Bonito do Iguaçu, Rio Negro, Rolândia, Salgado Filho, Santa Mariana, Santa Terezinha de Itaipu, Santo Antônio da Platina, São Jerônimo da Serra, São Jorge do Patrocínio, São Mateus do Sul, São Tomé, Sertaneja, Siqueira Campos, Tamarana, Telêmaco Borba, Tibagi, Três Barras do Paraná, Turvo, Verê, Vila Alta.

PERNAMBUCO

MT: Bezerros, Brejo da Madre de Deus, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Catende, Escada, Exu, Fernando de Noronha, Garanhuns, Goiana, Gravatá, Igarassu, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Panelas, Paulista, Pesqueira, Recife, São José da Coroa Grande, Vitória de Santo Antão.

MPT: Afogados da Ingazeira, Água Preta, Amajari, Arcoverde, Belém de Maria, Bom Jardim, Brejão, Buíque, Cabrobó, Camocim de São Félix, Carpina, Chã Grande, Floresta,

Glória do Goitá, Lagoa Grande, Limoeiro, Moreno, Nazaré da Mata, Passira, Petrolândia, Poção, Primavera, Quipapá, Salgadinho, Saloá, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Cruz do Capibaribe, São Benedito do Sul, São Bento do Una, São Lourenço da Mata, Serra Talhada, Tacaratu, Tamandaré, Taquaritinga do Norte, Triunfo, Vicência.

PIAUI

MT: Amarante, Floriano, Luís Correia, Parnaíba, Pedro II, Picos, Piracuruca, Piripiri, São Raimundo Nonato, Teresina.

MPT: Água Branca, Batalha, Buriti dos Montes, Corrente, Dermeval Lobão, Esperantina, Guadalupe, Ilha Grande, José de Freitas, Lagoa do Sítio, Monsenhor Gil, Oeiras, Santa Cruz dos Milagres, Valença do Piauí.

RIO DE JANEIRO

MT: Angra dos Reis, Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Cambuci, Casimiro de Abreu, Itatiaia, Macaé, Mangaratiba, Maricá, Miguel Pereira, Niterói, Nova Friburgo, Parati, Petrópolis, Pirai, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, Teresópolis, Valença, Vassouras, Volta Redonda.

MPT: Aperibé, Areal, Barra Mansa, Barra do Pirai, Bom Jardim, Bom Jesus do Itabapoana, Campo dos Goytacazes, Cantagalo, Carapebus, Cardoso Moreira, Carmo, Comendador Levy Gaspariano, Cordeiro, Engenheiro Paulo de Frontim, Guapimirim, Iguaba Grande, Itaboraí, Italva, Itaperuna, Japeri, Lage do Muriaé, Mendes, Miracema, Natividade, Paracambi, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Porciúncula, Porto Real, Quissama, Rio Bonito, Santa Maria Madalena, São Fidélis, São Gonçalo, São João da Barra, São José do Ubá, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Silva Jardim, Varre-Sai.

RIO GRANDE DO NORTE

MT: Acari, Apodi, Areia Branca, Caicó, Canguaretama, Ceará-Mirim, Currais Novos, Extremoz, Galinhos, Macaíba, Martins, Maxaranguape, Mossoró, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim, São Bento do Norte, São Gonçalo do Amarante, São Paulo do Potengi, Tibau do Sul, Touros.

MPT: Arês, Baía Formosa, Caiçara do Norte, Caraúbas, Carnaúba dos Dantas, Florânia, Guamaré, Itajá, Jardim do Seridó, Lucrecia, Macau, Patu, Pau dos Ferros, Pedra Grande, Portalegre, Porto do Mangue, Pureza, Rio do Fogo, Santana do Seridó, São Miguel de Touros, Senador Georgino Avelino, Tibau.

RIO GRANDE DO SUL

MT: Bento Gonçalves, Cambará do Sul, Canela, Carazinho, Casca, Caxias do Sul, Cruz Alta, Dom Pedrito, Garibaldi, Gramado, Guaíba, Guaporé, Igrejinha, Ijuí, Iraí, Lagoa Vermelha, Marcelino Ramos, Nova Petrópolis, Novo Hamburgo, Panambi, Passo Fundo, Porto Alegre, Rio Grande, Rosário do Sul, Salto do Jacuí, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, Santo Ângelo, São Borja, São Francisco de Paula, São Gabriel, São Leopoldo, São Lourenço do Sul, São Pedro do Sul, Tapes, Torres, Tramandaí, Uruguaiana, Veranópolis.

MPT: Agudo, Alto Feliz, Anta Gorda, Antônio Prado, Arambaré, Aratiba, Arroio do Sal, Arvorizinha, Bagé, Balneário Pinhal, Barra do Ribeiro, Barracão, Bom Jesus, Boqueirão do Leão, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Cacique Doble, Caibaté, Camaquã, Campo Bom, Candiota, Canoas, Capão da Canoa, Capitão, Caraá, Carlos Barbosa, Cerro Largo, Chuí, Cidreira, Cotiporã, Derrubadas, Dois Irmãos, Dois Lajeados, Dona Francisca, Doutor Ricardo, Entre-Ijuís, Entre Rios do Sul, Erechim, Ernestina, Espumoso, Estância Velha, Esteio, Estrela, Fagundes Varela, Farroupilha, Faxinal do Soturno, Feliz, Flores da Cunha, Fortaleza dos Valos, Guarani das Missões, Giruá, Glorinha, Humaitá, Ibiaçá, Ibirubá, Ilópolis, Ipê, Itaara, Ivorá, Ivoti, Jaguarão, Jaguarari, Lagoa dos Três Cantos, Lajeado, Lavras do Sul, Machadinho, Maquiné, Marau, Mariana Pimentel, Mariano Moro, Mata, Monte Belo do Sul, Mostardas, Não-Me-Toque, Nonoai, Nova Bréscia, Nova Esperança do Sul, Nova

Hartz, Nova Pádua, Nova Prata, Osório, Paim Filho, Palmares do Sul, Palmitinho, Parobé, Passo do Sobrado, Pelotas, Picada Café, Pinheiro Machado, Piratini, Planalto, Porto Mauá, Porto Xavier, Pouso Novo, Putinga, Quinze de Novembro, Relvado, Rio Pardo, Riozinho, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Sananduva, Santa Bárbara do Sul, Santiago, Santo Antônio da Patrulha, Santo Antônio das Missões, Santo Cristo, São Francisco de Assis, São José do Inhacorá, São José dos Ausentes, São José do Ouro, São Luiz Gonzaga, São Marcos, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Vicente do Sul, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Sarandi, Selbach, Serafina Corrêa, Sobradinho, Tapejara, Tapera, Taquara, Taquari, Tenente Portela, Teutônia, Três Coroas, Três de Maio, Três Passos, Tucunduva, Vacaria, Vale do Sol, Vera Cruz, Viamão, Vicente Dutra, Vila Flores.

RONDÔNIA

MT: Cacoal, Costa Marques, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Porto Velho.

MPT: Alta Floresta do Oeste, Ariquemes, Castanheiras, Caucalândia, Cerejeiras, Nova Mamoré, Ouro Preto do Oeste, Pimenta Bueno, Pimenteiras, Rolim de Moura, Vilhena.

RORAIMA

MT: Boa Vista, Caracará, Mucajaí.

MPT: Amajari, Iracema, Normandia, Pacaraima, São João da Baliza, Uiramutã.

SANTA CATARINA

MT: Águas de Chapecó, Balneário Camboriú, Barra Velha, Blumenau, Brusque, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Curitibanos, Dionísio Cerqueira, Florianópolis, Fraiburgo, Garopaba, Gaspar, Governador Celso Ramos, Gravatal, Ibirama, Içara, Imbituba, Itajaí, Itapema, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Laguna, Navegantes, Nova Trento, Palhoça, Penha, Piratuba, Pomerode, Porto Belo, Rio Negrinho, Santo Amaro da Imperatriz, São Bento do Sul, São Carlos, São Francisco do Sul, São Joaquim, São Martinho, Timbó, Treze Tílias, Tubarão, Videira.

MPT: Abelardo Luz, Água Doce, Anitápolis, Antônio Carlos, Armazém, Atalanta, Balneário Barra do Sul, Balneário Gaivota, Bombinhas, Botuverá, Braço do Norte, Caçador, Camboriú, Campo Alegre, Campo Erê, Celso Ramos, Chapadão do Lajeado, Concórdia, Corupá, Frei Rogério, Herval D'Oeste, Ipumirim, Irani, Itá, Jaguaruna, Lauro Müller, Luíz Alves, Mafra, Modelo, Palmitos, Pedras Grandes, Peritiba, Piçarras, Praia Grande, Presidente Getúlio, Quilombo, Rancho Queimado, Rio dos Cedros, Rio Fortuna, Rio do Sul, Rodeio, Salete, Salto Veloso, Santa Rosa de Lima, São Bonifácio, São Domingos, São João Batista, São João do Sul, São Miguel do Oeste, São Pedro de Alcântara, Saudades, Seara, Tangará, Tijucas, Urubici, Urupema, Urussanga, Vidal Ramos, Vitor Meireles, Xanxerê.

SÃO PAULO

MT: Águas de Lindóia, Águas de Santa Bárbara, Águas de São Pedro, Agudos, Altinópolis, Americana, Aparecida, Araçatuba, Araçoiaba da Serra, Araraquara, Assis, Atibaia, Bananal, Barra Bonita, Barretos, Bauru, Bertiooga, Boituva, Botucatu, Bragança Paulista, Brotas, Cachoeira Paulista, Caconde, Campina do Monte Alegre, Campinas, Campos do Jordão, Cananéia, Caraguatatuba, Descalvado, Dourado, Eldorado, Embú, Franca, Guaratinguetá, Guarujá, Holambra, Ibirá, Ibitinga, Iguapé, Ilha Comprida, Ilha Solteira, Ilhabela, Indaiatuba, Itanhaém, Itatiba, Itirapina, Itu, Jacareí, Jarinu, Jaú, Joanópolis, Jundiaí, Juquitiba, Limeira, Lins, Mairiporã, Miracatu, Mococa, Moji das Cruzes, Mongaguá, Monte Alegre do Sul, Paulínia, Pedreira, Penápolis, Peruíbe, Pindamonhangaba, Piracaia, Piracicaba, Pirassununga, Porto Feliz, Praia Grande, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Claro, Salto, Santos, São Bernardo do Campo, São José do Barreiro, São José do Rio Pardo, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, São Sebastião, São Vicente, Serra Negra, Socorro, Sorocaba, Taubaté, Ubatuba, Valinhos, Vinhedo, Votuporanga.

MPT: Adamantina, Adolfo, Águas da Prata, Alvinlândia, Andradina, Angatuba, Anhembi, Apiaí, Arapeí, Areia, Bariri, Bastos, Bernardino de Campos, Birigui, Bom Sucesso de Itararé, Borborema, Buritama, Cabreúva, Cajuru, Campo Limpo Paulista, Cardoso, Casa Branca, Cássia dos Coqueiros, Catanduva, Charqueada, Chavantes, Colina, Conchas, Cotia, Cubatão, Dracena, Guaimbé, Guaíra, Guaraci, Guarulhos, Ibiúna, Igarapava, Igaratá, Ipeuna, Itapecerica da Serra, Itapira, Itapuí, Itararé, Itatinga, Ituverava, Jaboticabal, Jacupiranga, Jales, João Ramalho, José Bonifácio, Juquiá, Lavrinhas, Leme, Lindóia, Louveira, Marília, Martinópolis, Mira Estrela, Morungaba, Novo Horizonte, Nuporanga, Palmital, Paraguaçu Paulista, Paraibuna, Paranapanema, Pariquera Açu, Paulicéia, Pereira Barreto, Piedade, Pirajú, Piratininga, Promissão, Queluz, Rafard, Registro, Ribeira, Ribeirão Grande, Ribeirão Pires, Rinópolis, Rosana, Sabino, Sales, Salesópolis, Salto Grande, Santa Bárbara do Oeste, Santa Branca, Santa Cruz da Conceição, Santa Gertrudes, Santa Isabel, Santa Maria da Serra, Santa Santana de Parnaíba, Santo André, Santo Antônio do Aracanguá, São Bento do Sapucaí, São João da Boa Vista, São Manuel, Sertãozinho, Silveiras, Tambaú, Tapiraí, Taquarituba, Teodoro Sampaio, Tietê.

SERGIPE

MT: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Canindé do São Francisco, Carmópolis, Estância, Lagarto, Laranjeiras, Neópolis, Nossa Senhora das Dores, Pirambu, Poço Redondo, Propriá, Santa Luzia do Itanhy, São Cristovão.

MPT: Campo do Brito, Japarutuba, Macambira, Nossa Senhora da Glória, Santana do São Francisco, Telha.

TOCANTINS

MT: Araguaína, Gurupi, Natividade, Palmas, Peixe, Porto Nacional.

MPT: Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins, Alvorada, Ananás, Araguacema, Araguañã, Araguatins, Arraias, Babaçulândia, Bernardo Sayão, Caseara, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Dois Irmãos do Tocantins, Duerê, Esperantina, Filadélfia, Formoso do Araguaia, Guaraí, Itaguatins, Juarina, Lajeado, Mateiros, Miracema do Tocantins, Monte do Carmo, Novo Acordo, Paraíso do Tocantins, Paranã, Pau D'Arco, Ponte Alta do Tocantins, Praia Norte, Rio da Conceição, Sampaio, São Félix do Tocantins, Taguatinga, Tocantinópolis, Tupirama.

Artigo 2º - Valida-se o disposto na Deliberação Normativa da EMBRATUR de nº 363 de 27 de junho de 1996, que a pesquisa para identificação de municípios prioritários para o desenvolvimento do turismo, passa a ser anual, de forma a possibilitar a reavaliação dos municípios constantes da atual listagem, bem como a avaliação de novos municípios.

Artigo 3º - Ratifica-se a Deliberação Normativa 363, de 27 de junho de 1996, que trata da edição de novo instrumento que permita a adequada seleção e priorização de municípios potencialmente turístico às atividades de planejamento desta Autarquia.

Artigo 4º - Fica revogada a Deliberação Normativa da EMBRATUR N° 408 de 03 de agosto de 1999.

Artigo 5º - Esta Deliberação Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**CAIO LUIZ CIBELLA DE CARVALHO
MAIA**

Presidente

BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO

Diretor de Economia e Fomento

ROSTON LUIZ NASCIMENTO
Diretor de Marketing

EDSON JOSÉ FERNANDES FERREIRA
Diretor de Administração e Finanças